



Assembleia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comissão, bem como a presença do Senhor Presidente da Assembleia Constituinte Estadual, Deputado Anibal Khury. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa à FINANÇAS PÚBLICAS E CONSTITUINTE - COMÉRCIO PARANAENSE E CONSTITUINTE - ECONOMIA E CONSTITUINTE, e com a presença dos seguintes convidados palestristas: Engº Ivo Pugnaloni, representante do Forum dos Trabalhadores das Estatais; Sr. Fernando Wagner, representante da Federação das Micro e Pequenas Empresas; - Sra. Maria do Carmo de Albuquerque Carvalho, representante do Forum Paranaense das Entidades Pró-Constituintes; Dr. Odone Fortes, Diretor do Jornal Indústria e Comércio de Curitiba; Dr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado da Fazenda; Prof. José Pio Martins, Diretor Geral da Secretaria da Fazenda do Estado; Dr. Egmar Arantes, Inspetor Geral da Tributação; Sr. Everlindo Henklein, representante do DIEESE; Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestada pelos Senhores palestristas à Assembleia Constituinte Estadual, convidando a todos para a Reunião de Audiência a ser realizada no próximo dia 21, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a pauta: EDUCAÇÃO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio Sotto Maior de Macedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que se produza os efeitos legais.-----

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

O SR. RAFAEL GRECA - Senhores, Senhoras, escolares que nos honram com a sua presença.

Dando seqüência aos painéis da Comissão de Ordem Econômica e Social da Assembléia Estadual Constituinte do Estado do Paraná, a tomada de depoimentos, nós vamos fazer hoje um painel sobre Finanças Públicas e Constituinte, o Comércio as Pequenas e Médias Empresas do Paraná e a Constituinte, a Economia e a Constituinte.

Eu quero esclarecer que as pessoas vêm aqui falar para a Assembléia e trazer as suas sugestões e isso quero esclarecer sobretudo para os alunos que estão aqui, fica anotado pelas taquígrafas, por isso não é importante que o Plenário não esteja cheio, tenha poucas pessoas ou que não estejam todos os Deputados aqui, temos dois Deputados por enquanto e depois devem vir outros, mas o que é importante é o depoimento, é o testemunho que as pessoas trazem para esta Assembléia, que como poder passa a receber as sugestões das iversas entidades e das pessoas representadas, essas sugestões são transformadas em processos e depois são lidos pelos Deputados, para depois serem julgados da conveniência ou não de fazerem parte da Lei do Estado do Paraná.

Então o Painel de hoje tem como primeiro inscrito o engenheiro Ivo Pugnaroni, o qual é do Forum de Trabalhadores das Estatais e vem falar sobre a visão das finanças públicas e do processo constituinte com relação aos salários dos funcionários públicos do Estado.

Depois vai falar o Sr. Fernando Wagner, pela parte da Federação das Micros e Pequenas Empresas. Um e outro vão dar duas visões diferentes, ~~diversas~~ diferentes ou talvez concordantes, mas vão dar suas visões do que seja necessário constar no texto Constitucional, no capítulo da Ordem Econômica.

O SR. IVO PUGNARONI - Cumprimentando a todos, esclarecemos que nós estamos aqui em nome de um forum que reúne a quase totalidade das entidades sindicais e de associações de empregados no serviço público. Com^a nossa experiência profissional como funcionário como na administração do Estado e também da nossa luta no movimento sindicadl. nós trazemos algumas propostas que também se baseiam num projeto que nós encomendamos ao DIEESE recentemente, cujos resul-

resultados a imprensa creio que divulgou, que nós encaminhamos também a todos os Deputados desta Casa e fazemos constar da Ata desta Sessão.

Desse trabalho será à tarde melhor analisado pelo Economista Everlino Henklein do DIEESE; Nessas propostas como os senhores vão ver, nós pretendemos contribuir para que o Estado de maneira moderna e eficiente relacione os vários componentes da sociedade de maneira a estimular um progresso econômico e social. Como vocês também poderão perceber, Deputados, não se trata de um conjunto de propostas corporativas visando apenas o nosso bem estar, nem tão pouco viemos aqui fazer pleitos injustos ou impossíveis de ser atendidos. Vão perceber que são propostas bem genéricas dirigidas a toda a sociedade que afinal esse momento é de grande responsabilidade, nós não cometeríamos, dirigentes sindicais, não cometeriam a leviandade de vir aqui e deixar de contribuir de forma sincera e concreta com essa grande tarefa.

Ontem na televisão nós assistimos o Presidente Alan Garcia do Peru, expondo a sua visão sobre os problemas latino-americanos, já havíamos visto o Presidente Alfonsín e vários outros Presidentes ...

O SR. IVO PUGNALONI:- ...e vários outros Presidentes, dirigentes latino-americanos e parece que há uma unanimidade quando eles apontam o pagamento da dívida externa como o principal problema econômico e social do nosso continente, afinal somente de juros, senhores, durante o Governo Sarney, nós remetemos ao exterior 53 bilhões de dólares. Dizia ele também que outra razão desta crise que tanto faz sofrer nossos povos é a falta de unidade quando nós negociamos com os nossos credores, cada país tentando achar, à sua maneira, um jeitinho novo de negociar e tirar vantagens. E também outro defeito nosso é não buscar complementariedade das nossas economias latino-americanas, comprando e vendendo ao primeiro mundo sempre com condições mais vantajosas.

Eu digo que esta visão macro-econômica corajosa e realista tem nos faltado também dentro do Brasil e principalmente no norte do Paraná. Tem prevalecido entre nós o fácil e, me desculpem, o leviano caminho de culpar pela crise, não a sangria de 13 bilhões de dólares ao ano de juros, não aos governantes que pagam religiosamente e sem discutir essa dívida, incerta e nebulosa, mas aos funcionários públicos que fazem funcionar o Estado. Culpa-se as professoras que ensinam o nosso idioma às nossas crianças, ~~culpa-se~~ culpam-se os médicos e enfermeiros que cuidam da saúde do nosso povo, aos técnicos e engenheiros que projetam, fiscalizam as obras públicas, aos estencionistas(?) que assistem aos agricultores, aos fiscais de renda que tentam impedir que impostos já cobrados do povo nos preços sejam devidamente apropriados para os sonegadores.

A prova desta afirmação que faço são os dados que o DIEESE obteve da Secretaria das Finanças e da Administração, dados oficiais, sobre os quais os senhores Secretários poderão ser arguidos na sequência e que mostra que a arrecadação do ICM neste Estado diminuiu no valor relativo ao produto interno bruto em pelo menos cinquenta por cento. O produto interno bruto do Paraná de 70 a 87 cresceu ~~duzentos~~ duzentos e cinco por cento, enquanto o ICM cresceu apenas 97%. Esse estudo mostrará também que a folha de pagamento, a massa salarial do pessoal da ativa nesse período de crescimento do ICM de 97% e produto interno bruto de 205%, foi de apenas 62%.

Falava ainda o Presidente Alan Garcia que nós estamos numa outra fase de dominação. Agora os países ricos já não se contentam em lucrar levando daqui matérias primas manufaturadas a preços baixos, atividades que de uma maneira ou de outra gerava empregos e receitas. Agora seu plano de exploração se dá com a concessão. Por exemplo, de um empréstimo de 11 ~~bilhões~~ bilhões de dólares para pagar juros devidos de 13 bilhões de dólares, a juros cada vez mais altos, unilateralmente alterados pelos bancos credores. Isto é, os investimentos desses países em nosso continente...

já não gera nem empregos nem receitas, só déficits, que governantes de pouca visão preocupados apenas com sua aparência frente à mídia e comprometidos apenas com grupos econômicos que sustentaram suas eleições preferem atribuir, no caso do Paraná...

O SR. IVO PUGNALONI - ... e comprometidos apenas com grupos econômicos que sustentaram as suas eleições, preferem atribuir, no caso do Paraná, a pouco mais de 150 mil empregados do Estado mal pagos, mal aproveitados, mal informados, mal dirigidos e mal acostumados.

Outra prova disto está no Dieese e o que nós falamos confere muito com o que disse o Presidente Alan Garcia: Enquanto a nossa folha o pessoal da ativa do Paraná subiu 62%, em valor real de 1970 a 1987, os encargos da dívida deste Estado com os bancos credores nacionais e internacionais, subiram 8.613%, sem que nenhum governo se dispusesse, ao menos em verificar, em fazer uma auditoria, nas dívidas, nas formas e nas condições em que os governos passados contrairam essas dívidas, e sem também que eu me lembrasse que nenhum governante se dispusesse a tentar, pelo menos a renegociar essas dívidas com os credores.

Os senhores lembram, a última vez que um Governador nosso foi a Washington ou a qualquer centro financeiro mundial, para dizer, vamos renegociar essa dívida? Vamos pagar de outra forma? O Paraná não pode crescer com esse peso? Não.

A falta de compromisso histórico vai a tal ponto que esses governantes preferem afrontar o povo, diminuir o valor real dos salários a cada mês, do que sequer tentar renegociar a dívida.

Comentava também o Presidente Alan Garcia, ontem, que cada governante latinoamericano trate isoladamente com os credores, enquanto que esses formaram um Comitê de negociação que há 12 anos ^{não} muda a sua composição. Cada novo Ministro da Fazenda que chega lá o pessoal até já diz: Chegou mais um aí, para a gente enrolar. Sempre cada um com um plano mirabolante.

Lamentava-se ainda que decisões como a que ele tomou, decisão pioneira, no pequeno interregno da época em que Funaro foi nosso Ministro da Fazenda, aquela primeira decisão que ele tomou, em delimitar em 10% o superavit, em 10% do superavit comercial do Peru o pagamento do juro da dívida foram logo classificadas pelos credores e pelos agentes internos e aliados que esses credores têm dentro do Perú, de fato de

violência, de medidas unilaterais, como se não fossem unilaterais a elevação em mais de 300% do valor dos juros dos últimos 15 anos pelos bancos internacionais.

Lamentava-se ainda que embora as razões dessa elevação fossem o astronômico crescimento do déficit interno dos Estados Unidos da América, hoje estimado em 3 trilhões de dólares, nenhuma palavra se ouvia do FMI, quanto ao déficit público americano. Porque o mecanismo é simples os juros aumentam porque o governo americano se endividou com os bancos credores ao tomar dinheiro emprestado no mercado financeiro norteamericano, esses bancos elevaram as suas taxas de juro porque o dinheiro estava mais procurado e com isso elevaram-se os empréstimos que cobriam os empréstimos do terceiro mundo.

O Governo Reagan ficou popularíssimo, claro, porque com esse déficit ele fez o progresso econômico do país.

Aqui, não. Aqui o déficit público, o funcionário público, são os culpados quando o Brasil não cresce. Senhores, nós precisamos de um Estado ágil e eficiente para regular o nosso crescimento. Todos precisamos do Estado. Não só o povo que não pode pagar escola particular, nem médico particular. O industrial sempre precisou do Estado para fazer investimentos pesados e de longo prazo de retorno para a produção de matérias primas, energia, telecomunicações a preços subsidiados. Ou será que haveria outro empresário disposto a fazer isto aqui por diante tendo prejuízo apenas por teorias de um liberalismo pré-histórico que hoje se vende em supermercado ^{sob} uma forma de pequenos viventes.

Quem é que ia fazer investimento na siderurgia? Quem é que está disposto a vender aço subsidiado? Quem está disposto a construir barragens hidrelétricas que se pagam em 25 e 30 anos? Quem está disposto senão o Estado? O comércio precisa que o Estado construa estradas, e ruas planeje o crescimento das cidades, ofereça habitações e condições de saneamento, empregos, salários, previdência e assistência adequada, permita ao povo adquirir mercadoria e participar da vida econômica.

Os grandes e pequenos produtores agrícolas precisam do Es-

tado para construir rodovias de escoamento, armazéns, garantir preços mínimos que os protejam dos oligopólios como o da soja e do fumo, que impõe preço aos pequenos produtores, até mesmo aos grandes, e se não fosse o Estado a garantir o preço mínimo. Precisam do Estado para pesquisa agrônômica, para o desenvolvimento da biotecnologia, para financiar a produção.

Só um setor da nossa economia não precisa do Estado, senhores, de verdade. Quem não precisa do Estado são os bancos particulares, cada vez maiores, cada vez mais donos das nossas vidas.....

OSR. IVO PUGNALONI: ... donos de nossas vidas, cada vez mais arrogantes e prepotentes, cada vez mais ~~xx~~ ricos por girarem e girarem com o nosso dinheiro e mesmo por suas estreitas vinculações com os bancos credores do Brasil.

É comum, hoje em dia, , em economia até se ouviu muito o ex-ministro Mário Henrique Simonsen sobre "de que maneira, ministro, o Brasil pode sair da crise ?" No nosso Governo, a todo o momento está-se ouvindo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen; esquecemos que ele faz parte do "board", do quadro de diretores do CityCor, o maior credor particular do Brasil. Cada vez estes bancos estão mais representados na política com financiamento de campanhas eleitorais e até mesmo na compra de partidos inteiros, ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ parece que o Bamerindus comprou, recentemente, em partilha. Cada vez mais presentes nos meios de comunicação de massa. Basta ver quantos minutos por dia de propaganda institucional estes bancos apresentam. Cada vez donos de maiores extensões de terra, fazendas de gado, indústrias. Cada ano com maiores lucros, num país onde existe tanta miséria e tanta dificuldade em se exercer uma atividade industrial ou comercial lucrativa.

Todos precisamos de um Estado tecnicamente eficiente, capaz para regular a presença de cada setor produtivo na sociedade e evitar que um setor se imponha aos demais. Imaginemos o enorme poder, por exemplo, que ~~xxxxxxxxxxxx~~ os empresários de transporte coletivo têm numa metrópole como Curitiba e o que acontece quando o Poder Público não tem interesse ou não tem autoridade para controlar. Imaginemos o poder que teria um grupo privado que fosse proprietário da COPEL, da SANEPAR, ou da Siderúrgica Nacional, aonde estaríamos ?

Para termos um Estado eficiente, como o são os países desenvolvidos, é preciso que como qualquer empresa privada, ele seja administrado com base em critérios técnicos e científicos e não com base naquilo que dá mais ibope ou naquilo que garante mais espaço para o governante nos noticiários de TV, cujos maiores anunciantes são exatamente os grandes grupos financeiros. O corpo técnico do Estado

precisa ser capaz e constantemente estimulado ao aperfeiçoamento e à eficiência no trato da coisa pública. É preciso haver um permanente incentivo à busca de soluções técnicas mais simples e econômicas.

Eu queria lembrar e fazer um testemunho, quando será que os técnicos da COPEL e de outros órgãos, como por exemplo a Secretaria do Interior no Governo passado economizaram para o Paraná apenas com a operação de projetos técnicos daquele grande programa de eletrificação rural. De 89 mil propriedades que eram programadas para se fazer com o padrão antigo, com o novo padrão se fez 147 mil propriedades, com o mesmo dinheiro. Quantas televisões, quantas geladeiras, quantas pequenas economias rurais a mais geraram um esforço de funcionários que se dedicaram a reduzir custos e a rever padrões técnicos.

Deve haver uma permanente busca de competição entre os fornecedores do Estado. E não ao contrário, que se facilite o seu conluio ou à formação de cartéis. E aqui eu faço uma denúncia, que já fez o Deputado Estadual do PFL, neste mesmo recinto, por ocasião do caso de Segredo. O Deputado Davi Cheriegate denunciou que no DER as concorrências têm ~~xxxxx~~ "cartas marcadas". O senhor Secretário Heins (?) rebateu esta acusação e disse que as licitações são perfeitamente corretas. Eu concorro, só tenho motivos para concordar com o Secretário, de que dentro do DER estas concorrências estão corretas. Mas, fora do DER há um cartel chamado associação paranaense de empreiteiras e obras públicas. Há uma fila e os vencedores das concorrências se revezam com um preço previamente estabelecido. Diz o Secretário: "Aqui dentro está tudo certo. Lá fora não me interessa o que eles estão fazendo." Interessa, sim, porque o Decreto 2.300 proíbe o conluio e dá ao Estado a obrigação de impedir que isto ocorra. Temos, felizmente, um exemplo recente de luta contra isso, que quase custou a demissão do Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Dr. Francisco Gomide, que se opôs a um conluio, a um cartel de empreiteiras e foi hostilizado e processado por grande parte da nossa imprensa e de muitos setores.

O corpo fiscal do Estado precisa ser estimulado a

20.03.89/KMTB

14:45 - 3-

recolher os impostos já cobrados do povo no preço dos produtos. E não intimidá-los por declarações ...

IVO PUGNALONI -... e não intimidados pro declarações dos próprios governantes contra a fúria tributária ou por vergonhosas anistias fiscais que teriam os sonegadores que estimulam quem pagou imposto nesse ano a sonegar no próximo ano.

O funcionalismo que trata da educação e da saúde, habitação, previdência, o transporte, o nosso povo precisa ser valorizado permanentemente, motivado para que desempenhe cada vez mais a sua função.

Isso embarga a apresentação companheiros de 7 propostas que nós fazemos.

Primeiro, quanto ao contingente do funcionalismo estadual, nós propomos o número máximo e mínimo de funcionários da administração direta, indireta e autárquica que seja determinado em lei complementar de modo que exista uma proporção entre o corpo funcional encarregado de cada serviço público e a população seja atendida pelo bem público a serem conser
como vados no setor elétrico, no setor de saneamento, no setor de telecomunicações, as companhias estabelecem números de ligações elétricas, por exemplo, por funcionário da Copel. Nós poderíamos fazer isso no Estado, número de professores por população a estudar; número de médicos por população a ser atendida; número de fiscais de acordo com o número de empresas, enfim, estabelecer em lei complementar parâmetros de máximos e mínimos onde o Governo trabalhasse.

Quanto a responsabilidade na arrecadação de impostos. O Governo do Estado deverá submeter ao Poder Legislativo em exposição de motivos detalhada qualquer diminuição no valor real da receita tributária prevista na proposta orçamentária em cada ano ou que for constatada no final de cada exercício fiscal.

A rejeição da redução proposta constatada por maioria simples dessa Assembléia implicaria na res-

ponsabilização criminal do Governador do Estado e do Secretário de Finanças em se tratando de final de mandato.

Quer dizer, não é possível mais que o Governador do Estado e o Secretário de Finanças virarem para nós e dizerem que não tem dinheiro para pagar o funcionalismo, nem para pagar empreiteiro nem para pagar gastos porque diminuiu a arrecadação de impostos e não precisa dar nenhuma informação sobre isso. Ele não precisa explicar nada.

Numa empresa privada ele estaria na rua os acionistas teriam demitido o Diretor financeiro que permitisse que a receita da empresa diminuisse ou iriam querer muito boa explicação.

Quanto a proibição da diminuição do salário do funcionalismo. Fica expressamente vedada a diminuição dos salários reais dos funcionários do quadro permanente da administração direta, indireta e autárquica. Isto é um princípio constitucional, não pode diminuir os salários. Isso tem que ser colocado na Constituição.

Quanto ao controle do Legislativo sobre a administração pública. O Poder Legislativo deve restabelecer seu controle pela administração pública direta e indireta e autárquica, inclusive, nas gestões passadas. A Assmbléia Legislativa precisa ter um corpo técnico maior. Precisa ter um corpo talvez de assessores políticos, cabos eleitorais, empregados menor como os funcionários fantasmas menor ou precisa estudar ter um corpo técnico a altura de investigar e ~~estudar~~ estudar o orçamento da Copel, estudar o orçamento da Sanepar que hoje somados são maiores que o Orçamento do Estado.

Quanto a transparência dos serviços e dos gastos públicos. Nossa proposta é que o Poder Executivo mantenha permanentemente atualizado e reunido sob a forma de relatório mensais, um sistema de informações estatísticas sobre o desempenho e custos utilitários dos serviços prestados e sobre o índice.....

20/03/89

mlm

14,55 hrs.~

-1

O SR. IVO PUGNALONI:-...índice de pessoal por atividades da forma com/ que a Legislação Complementar definirá.

Estes dados devem ser publicados, pelo Executivo em dezembro e junho da cada ano, através de um programa rádio televisado/ de matérias pagas nos jornais, devendo sua organização e apresentação/ serem previstas, de tal forma na Lei, de modo a permitirem sua compreen- são, simples e direta, pela população.

Estes R^ulatórios trariam, cada 6 meses, companhei- ros, a evolução das Receitas e Despesas do Estado. Qual foi a amplia- ção dos serviços de Saúde, Educação, Transporte, Energia Elétrica e Á- gua Potável e outros. É preciso publicar isso, claramente, para que o/ povo possa acompanhar se aquele Governo está aumentando os serviços ou deixando-os diminuir ou perece.

Demonstrativos comparativos da produção agrícola, industrial e do comércio e entre a evolução do produto interno bruto/ e da arrecadação tributária, de cada setor produtivo e do comércio.

Também deve ser publicado, a cada 6 meses, qual foi a despesa com o pessoal da administração direta, indireta e inati- vos da administração estadual, bem como os índices de funcionários por/ atendimento prestado; o índice de médico, por habitante, o índice de / enfermeiros por habitante, assistentes sociais por habitante, cientis- tas por habitantes.

Informações sobre contratações e pagamento de / novos empréstimos, deve haver um detalhamento destes empréstimos, não / pode mais ser coisa feita entre quatro paredes.

E também, principalmente a relação de inadimplen- tes para com a F^zenda Pública e Bancos de Fomentos Estaduais. Não é / Possível que grandes devedores do Estado continuem a influir, continuem a ter papel, continuem a reclamar sobre o papel do Estado e buscar a/ diminuição de salários e o desmantelamento da máquina funcional, ape- nas para benefício próprio.

20/03/89

mlm

14,55 hrs.

-2

6ª Proposta: Revisão da Previdência. É preciso revêr completamente o / sistema de previdência do Estado. O crescimento de despesas com pessoal inativo de 1970 a 1987 foi de 238%. Enquanto isso o pessoal da ativa / teve a sua Folha acrescida em 62%. Dá a impressão que daqui a pouco to dos os nossos recursos do Tesouro estarão sendo usados, hoje já estão / perto de 30%, para o pagamento de inativos. É preciso vêr quem são es tes inativos, se é a professora aposentada, se é o engenheiro aposenta do, se é o operário aposentado, ou se são conselheiros do Tribunal de/ Contas, ou se são grandes figuras, ilegalmente aposentados, ou se são manobras meramente contábeis e ~~XXXXXX~~ ilegais.

E por último, propomos uma Auditoria no endivida-/ mento do Estado, as Disposições Transitórias da nossa nova Constitui-/ ção Estadual devem prevêr uma profunda auditagem sobre a estrutura do/ endividamento deste Estado, incluindo aí o endividamento das empresas estatais alcançando, inclusive débitos já liquidados, para verificar a- além das condições em que foram feitos estes empréstimos e qual foi a / taxa de comissão, qual foi a taxa de juros, quais as outras taxas, na / negociação destes empréstimos, verificar qual foi a causa pela qual não houve, em impostos, o retorno destes investimentos.

Esta, Srs., são as Propostas que o Forum dos Trabalha dores em Empresas e òrgãos do Serviço Público, preocupados com essa / fome, com esta vontade de sacrificar, de esmagar o funcionalismo, em re tirar os seus vencimentos, em deixar sem motivação para atender à popu lação vem fazer aqui, denunciar, e vamos fazer isso na pessoa do Eco nomista Everlindo Henklein do Dieese, denunciar que as finaças públi cas do nosso Estado vão muito mal, estão mal organizadas, não há respos tas para os problemas que ali estão colocados, não se prevê nenhum esfor ço para diminuir o endividamento, aumentar a arrecadação de ICM, pelo / enas no nível em que subiu o produto interno bruto e nem em averiguar/ a causa do espantoso crescimento com inativos.

São essas, companheiros, as Propostas que, de coração os Trabalhadores do Serviço Publico trazem, não como puderam vêr em nos

20/03/89

mlm

14,55 hrs.

-3

so próprio benefício, não como Propostas destinadas a defender a nossa/
corporação, mas a defender um Estado que assegure um crescimento...

O SR. IVO. PU. GNALONI - mas a defender um Estado que assegure um crescimento e um ordenamento econômico e social harmônico no nosso Estado.

Agradeço aos deputados e especialmente a Comissão coordenadora desta Comissão Temática.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Engenheiro Ivo Pugnaloní, nós acolhemos as suas propostas como contribuições do fórum dos trabalhadores nas estaduais a esta Assembléia Estadual Constituinte, o deputado Relator e eu, e o deputado Presidente da Constituinte Estadual, deputado Anibal Khoury, que nos honra com a sua presença.

Eu convido para tomarem assento à Mesa o deputado Pedro Tonelli e o deputado Acir Mezzadri e o deputado Orlando Pessutti, que está conosco aqui.

Eu interrompo momentaneamente o painel, para, a pedido do fórum paranaense de entidades pró-constituente, constituído por 45 entidades populares, das mais diversas origens, desde a regional sul-II da Conferência Nacional dos bispos do Brasil, passando pela Frente Sindical, pela Frente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pela Frente dos Funcionários Públicos do Estado e pelo Movimento Popular Pró-Constituinte, para nós recebermos então, deste Fórum Paranaense Estadual das Entidades Pró-Constituintes, conforme nos foi requerido, as propostas populares encaminhadas a esta Assembléia Estadual Constituinte.

Esta é a razão, da presença neste Plenário, do presidente da Assembléia Constituinte, deputado Anibal Khoury. Eu peço, por favor, à senhora Maria do Carmo de Albuquerque Carvalho, credenciada pelo fórum paranaense das entidades pró-Constituinte, que venha até a mesa trazendo as propostas populares. Se não puder fazê-lo sozinha, que traga outras pessoas que a auxiliem para tal.

Esclareço que as propostas podem ser depositadas aqui sobre a Mesa.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Ao acolher nesta sessão da Comissão de Ordem Econômica e Social a presença tão variada de pessoas das mais diversas procedências e das mais diversas categorias, sinceramente em nome do poder constituinte do Estado, porque somos deputados, agradecemos a presença de vocês aqui nesta Casa, que é Casa do Povo.

Nós podemos ver aqui neste painel que está desenhado aqui atrás, neste Plenário, que mostra primeiro os índios reunidos em Conselho nas primeiras assembleias que o Paraná conheceu. Faziam uma fogueira, se sentavam ali e ficavam discutindo o que era melhor para a tribo.

Depois, já passado o tempo, a assembleia instalada a partir de 1853. Esta Assembleia existe desde aquela data. Hoje ela está transformada em Poder Constituinte, para escrever a nova lei, que não pode ser diferente da lei que foi votada em Brasília, não pode ser muito diferente, mas que pode ter algumas particularidades porque o Paraná é um Estado Federativo, independente.

Então é com alegria que nós vemos.....

O SR. RAFAEL GRECA - ...então é com alegria que nós vemos todas essas propostas, por exemplo as propostas sobre família tem 8.918 assinaturas, de apoio aos idosos tem 4.856 assinaturas, de atendimento médico hospitalar tem 1.838 assinaturas, sobre política habitacional tem 7.805, as propostas de que o povo possa fazer a lei independente dos seus Deputados tem 6.200 assinaturas, de política agrícola tem 9.654 assinaturas, de reforma agrária tem 7.202 assinaturas, enfim nós vemos que o povo trás a Assembléia todas as ansiedades da sociedade e nós recebemos isso pedindo a Deus que fez as primeiras leis e que inspirou nos homens o sentido de lei, que nos dê a capacidade a possibilidade de traduzir tudo isso, sintetizando tudo isso num livrinho que vai ser a Constituição de todos os paranaenses.

Passo a palavra ao Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, nobre Deputado Anibal Khury, que concedeu em abrir esta Sessão para a recepção das propostas.

O SR. ANIBAL KHURY - Deputado Rafael Greca, da Comissão de Ordem Econômica e Social, Senhores Deputados aqui presentes, representantes de todas as entidades que aqui se encontram.

A Assembléia recebe com muita honra, a colaboração que estão dando nesta tarde. Como Presidente da Assembléia Estadual Constituinte eu asseguro a todas as Comissões que aqui se encontram, o direito de apresentarem as suas sugestões e mais ainda o direito de que elas serão examinadas não só pela Comissão, mas por toda a ~~Assembléia~~ Assembléia como uma contribuição valiosa aos nossos trabalhos.

Eu quero me parabenizar com a Comissão, com as entidades aqui presentes e dizer que nós estamos aqui até 05.10 ou até a promulgação da Constituição Estadual à disposição de todos para que possamos elaborar uma carta Constitucional que reflita os anseios do povo paranaense.

Muito Obrigado e a certeza de que terão todo o nosso apoio, terão também a nossa gratidão pela colaboração que estão dando a Assembléia Estadual Constituinte.

Muito Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA = Eu esclareço que se outras pessoas tiverem propostas ae

14

propostas escritas formuladas que queiram dar entrada na Assembléia agora, mesmo que não sejam do Forum das Entidades ~~Pró-Constituintes~~ Constituinte, também podem ~~fazê-lo~~ Fazê-lo.

A sua proposta vem do Hospital Universitário de Londrina.

Eu passo a palavra a Sra. Maria d Carmo de Albuquerque Carvalho, representante do Forum Paranaense das Entidades Pró-Constituintes.

A SRA. MARIA DO CARMO:- Senhores Deputados deste espaço tão importante que é a Assembléia Constituinte Estadual, população que tão brilhantemente se mobilizou e ~~xx~~ está trazendo hoje a contribuição de propostas de lei para a nossa Carta Constitucional do Paraná.

Acho que hoje é um dia muito importante, e não é um dia muito importante, há muitos meses, há anos está acontecendo no Brasil pela primeira vez, eu acho que dá para dizer pela primeira vez, um fato ~~xxxx~~ inédito que é a população em geral, que é as classes populares, as classes trabalhadoras, tomando à frente num processo de participar do processo de formulação de leis. Neste nosso país sempre a cidadania foi alguma coisa muito longe da ~~xxxxxx~~ população em geral, sempre foi alguma coisa à qual a população não teve acesso, nem ao estudo, nem as letras, muito menos às leis. Este fórum paranaense de entidades pró-constituente, na verdade tem suas raízes no processo de participação na Constituição Federal. Foi a primeira vez que a população brasileira começou a participar desse processo de elaboração de leis. Depois de milênios em que a única participação se dava através da luta direta, acho que é a primeira vez na história das Constituições brasileiras que nós temos aqui um auditório presente, que nós tivemos em Brasília auditórios cheios, que nós tivemos milhões, milhares de assinaturas coletadas, ~~x~~ milhares de propostas escritas por entidades populares. Esse processo de mobilização para a Constituinte Estadual, então, tem início já no processo de elaboração da Constituição Federal. Aqui nós temos presentes dois ou mais setores significativos da população mobilizada. Um deles é o setor rural que foi responsável pelo maior número de coleta de assinaturas para a Constituição Federal, mais de um milhão e meia de assinaturas foram coletadas pedindo a reforma agrária neste país para a Constituição Federal. Foi a maior mobilização popular que ~~x~~ já houve notícia. Nós não conseguimos a reforma agrária na Constituição Federal, muito pelo contrário. Hoje estamos de novo entregando uma proposta, sabendo que o Estado tem um poder muito pequeno de fazer reforma agrária, mas mesmo assim sete mil, trezentas e dezoito pessoas ainda continuam pedindo ao Governo do Paraná que faça um pouco de reforma agrária onde ele possa fazer.

PALMAS...

Mais do que reforma agrária, sabemos que o Estado do Paraná, que o Governo Estadual pode ter uma interferência grande na política agrícola. É por isso que a Emenda popular sobre política agrícola é aquela que mais tem assinaturas chegando. Há ~~x~~ 10 mil assinaturas em todo o Estado do Paraná. Os números que estão sendo entregues aqui a cada minuto...

eles são alterados. A folha que está na minha mão está toda rabiscada, porque a cada minutos chegam mais propostas, mas são, sem dúvida, a proposta ~~que~~ que mais tem assinaturas é a proposta de uma política agrícola que favoreça o pequeno agricultor paranaense que é aquele que produz a alimentação para todos os paranaenses.

Em seguida queria destacar aqui neste Plenário a presença de um segmento importantíssimo que são as pessoas sem moradia, que são as pessoas sem casa, Creio que uma boa parte deste Plenário aqui são pessoas que estão acampadas, são pessoas que estão reivindicando uma política habitacional justa, uma política habitacional competente que o Estado do Paraná organize e proponha. Estão sendo afixados ali nas paredes ~~xxxxxxxx~~ fotografias da situação subhumana a que estas famílias estão se sujeitando a viver, debaixo de lonas, sem água, sem luz acampadas. Mas essas famílias não tem como única forma de lutar, apenas acampadas. Elas ~~estudam~~ se reuniram, elas estudaram, elas debateram, elas chegaram, elas conseguiram fazer uma proposta para a Constituinte Estadual. Eu acho que isto é um fato que merece um destaque extraordinário. O movimento popular * além de fazer a luta da pressão , faz a luta institucional...

A SRª Mª DO CARMO: ... movimento popular, além de fazer a luta da pressã
faz a luta institucional, redige uma proposta para a
Constituinte Estadual. Eu acho que também merece uma salva de palmas o
pessoal da política habitacional. (Palmas).

Além destes dois segmentos que eu acho que merecem
ser destacados, estão aqui presentes e foram redigidas em diversas en-
tidades, uma quantidade enorme de propostas, mostrando que a população
paranaense tem capacidade, está interessada em contribuir, para que
este processo constituinte consiga trazer ao Estado do Paraná uma ordem
econômica, uma ordem social, uma ordem política, que atenda melhor às
necessidades da maioria da população. Nós esperamos que essa Assembléia
Constituinte que nos recebe hoje tenha sensibilidade muito especial pa-
ra com estas propostas e percebam que estas propostas não são de uma
pessoa, nem de dez, nem de vinte. Que são propostas que foram estudadas
debatidas e subscritas por dezenas de milhares de pessoas.

Acho que seria isso, principalmente, o significado
deste momento, um signifi ado das palavras que eu gostaria de dizer.
Certamente cada uma destas propostas teria muito o que dizer em si mes-
mas e talvez algumas delas ainda possam ser ouvidas por esta comissão
de ordem econômica, nos poucos dias que ainda restam para sua atuação.
Nem todas as propostas serão apreciadas por esta Comissão, mas sim
aquelas que couberem. Tem algumas que serão apreciadas pela Comissão de
Organização do Estado e Municípios, Comissão de Finanças e outras co-
missões. Mas, nós gostaríamos de pedir a esta Comissão que chame para a
defesa cada uma das propostas que disserem respeito a esta Comissão.
E nós nos comprometemos q pleitear, junto às demais Comissoões, o direit
de fazermos a exposição e a defesa das demais propostas.

Antes de me retirar da palavra, eu gostaria de pedir
ao plenário, ao fórum paranaense de entidades pró-constituinte, que
se não todo, mas pelo menos representantes de todas as entidades, quan-
do saírem daqui se dirijam ao auditório do prédio, do edifício Tan-
credo Neves, que é o edifício novo, recoberto de vidro escuro, no

subsolo, para o encaminhamento das demais atividades do fórum, depois do término desta sessão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE: Nós agradecemos ainda uma vez, a presença dos cidadãos que vêm a esta Assembléia Constituinte Estadual e esclarecemos que o ato de entrega das propostas populares está encerrado.

Na sequência, nós damos a palavra ao senhor Fernando Wagner, para que representando os micro e pequenos empresários, fale nesta Comissão de Ordem Econômica e Social sobre o tema "As micro e as pequenas empresas e a assembléia constituinte". O senhor Fernando Wagner é presidente da Federação Paranaense de Associações de Micro e Pequenas Empresas.

As propostas vão ser levadas para serem registradas na Assembléia. Isto é que a Maria do Carmo quer esclarecer. Agora, eu passo a palavra para o senhor Fernando Wagner, que vai falar sobre as pequenas e as médias empresas e o poder constituinte.

O SR. FERNANDO WAGNER: Senhores Deputados ...

FERNANDO WAGNER - Srs. Deputados, senhor Presidente da Comissão de Ordem Econômica e Social, Deputado Rafael Greca, Deputado Pedro Tonelli, autoridades presentes, senhoras e senhores.

Nós hoje, o Paraná está vivendo um problema muito grave com relação a micro-empresa e empresas de pequeno porte, tiveram seus estatutos revogados através de mensagem enviada pelo Sr. Governador para esta Assembleia. Na realidade no momento não existe mais a micro-empresa no Paraná. Tivemos o estatuto revogado pela própria Assembleia.

Estamos preparando um novo modelo porque havia uma série de distorções que precisavam ser corrigidas no estatuto e aproveitando isso estamos corrigindo as distorções criando um novo estatuto porque hoje essa entidade, a micro-empresa, a micro-empresa de pequeno porte como um estágio na vida empresarial. Ou seja um estágio de iniciação à atividade empresarial. Não um Estado permanente, indesejável. Um Estado onde haja orientação e proteção.

Em função desta tomada de posição nós temos algumas alterações a propor. Existe dentro da Constituição maior aprovada no Congresso Artigo 179 que trata da proteção das micro e pequenas empresas de pequeno porte.

(lê artigo 179 da Constituição Federal)...

Acho que temos que estadualizar esta Constituição principalmente no que tange este artigo 179 da Constituição Federal. Nós temos uma proposta que já tem inclusive a defesa, está sendo protocolada na Assembleia, eu vou ler esta proposta.

"Proposta de Emenda Popular...(Lê)....

Art. A organizacao da ordem economica, fundada na valorizacao do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existencia digna, conforme os ditames da Justica social, com base nos principios estabelecidos na Constituicao Federal, assegurando principalmente, um tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Art. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei estadual, receberao do Estado do Parana e dos Municipios, tratamento juridico diferenciado, visando ao incentivo de sua criacao, preservacao e desenvolvimento, atraves da eliminacao, reducao ou simplificacao, de suas obrigacoes administrativas, tributarias, previdenciarias e crediticias, por meio de lei.

Art. Os incentivos regionais compreenderao, entre outros: na forma de lei, equalizacao de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e precos, juros favorecidos para financiamento de atividades prioritarias, isencoes, reducoes ou direcionamento temporario de tributos estaduais e municipais incidentes sobre pessoas fisicas ou juridicas.

Art. E vedado ao Estado do Parana e aos Municipios exigir ou criar qualquer tributo sobre a microempresa, especialmente:

I - o imposto estadual sobre operacoes relativas a circulacao de mercadorias e sobre prestacoes de servicos de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicacao;

II - o imposto municipal sobre a prestacao de servicos de qualquer natureza.

Paragrafo unico - A isencao referida no inciso I deste artigo se estende as saidas de mercadorias nos estados em que e isento o ICM as microempresas.

Art. Os debitos fiscais das empresas que encontram-se em divida ativa com o Estado do Parana, serao liquidados, sem correcao monetaria e multas sobre eles incidentes, desde que os devedores requeiram administrativamente judicialmente, o pagamento no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgacao da Constituicao do Estado do Parana.

2013189 15:20 -3- 5 2b

PARECER

CENTRO PARANAENSE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS

O presente projeto de emenda popular a Assembleia Constituinte do Estado do Parana e de extraordinaria importancia para o desenvolvimento empresarial do estado. Apos longo periodo de excecacao, temos um novo periodo de valorizacao das instituicoes democraticas e constitucionais e portanto, encaminha a Federacao Paranaense das Associacoes de Micro e Pequenas empresas a Assembleia Estadual Constituinte uma proposta de consolidar e estruturar uma nova ordem economica para o Estado do Parana.

Essa tarefa, agora entregue a Assembleia Estadual Constituinte, tem, assim, uma finalidade historica e representa o fim de uma etapa e o inicio de nova fase na vida do Estado do Parana.

Chegamos ao estuario destas mudancas, trazidos pelo anseio de milhares de empresarios.

O projeto, em suas linhas basicas, assegura um "tratamento juridico diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte", bem como a "isencao tributaria a microempresa" e por fim, uma "anistia dos debitos fiscais das empresas que encontram-se em dividas ativa com o estado".

Este Projeto de Emenda insere-se, assim, numa nova ordem economica capaz de criar melhores condicoes para o desenvolvimento economico paranaense.

OS CAMINHOS DA MODERNIZACAO

No Parana, o processo de modernizacao da economia foi duramente castigado, quando nao impedido pela sobrevivencia, tanto no plano da producao como da representacao politica, de processos economicos pre-capitalistas.

A desagregacao do poder politico, como expressao permanente das forcas sociais, foi resultado da desagregacao da estrutura economica e empresarial. A propria politica passou a ser comandada pelas crises da economia desorientada; uma atividade refletia o caos.

15:20 27
6

Assim, ocorreu no Parana desde a fase do ouro (seculo XVII), do Tropeirismo (criadores e comerciantes de gado em Campos Gerais, Guarapuava e Palmas), da Erva-Mate (comercio exterior), da madeira (seculo XIX), do cafe (desenvolvimento agricola no norte do Parana) ate a fase da policultura, pecuaria e industrializacao (diversificacao da agricultura e o aparecimento de novas cidades: Noroeste - Paranavai, Nova Esperanca, Umuarama, Cianorte; Oeste - Cascavel, Toledo, Marechal Candido Rondon e Medianeira; Sudoeste - Pato Branco, Francisco Beltrao e Capanema).

Por outro lado, o nosso Pais, desde o periodo revolucionario de 64 ate os dias atuais, esteve, tanto politicamente quanto economicamente falido. A situacao ficou extremamente dificil, culminando no ano de 1988 com uma inflacao superior a 1000% ao ano, o que refletiu na estagnacao economica de todo o Estado Brasileiro.

Assim, teve a micro e a pequena empresa, desde o aparecimento dos planos cruzados, uma serie de dificuldades economicas. Portanto, mister em nosso Estado, que diversifica a atividade agricola com a industrial/empresarial, de um amparo logico-constitucional para as microempresas e empresas de pequeno porte.

O PRIMEIRO PASSO

O Estado do Parana hoje, esta amadurecido para iniciar a tarefa concreta de encontrar a formula de conciliar o seu desenvolvimento com o novo sistema juridico-constitucional que, sem colocar em risco a constitucionalidade de exitos materiais, possa chegar ao leito pratico do desenvolvimento economico empresarial.

E, a saida para o desenvolvimento e o liberalismo economico, impregnado ao extremo otimismo sobre o destino dos homens. Era a dialetica da liberdade de HEGEL, a lei dos tres estados de COMTE, as teorias evolucionistas de DARWIN e SPENCER, a euforia das descobertas scientificas, que diziam que a utopia, sonhada ha milenios pelos pensadores politicos, seria em breve realidade.

Ainda, e preciso que o Estado Brasileiro deixe de intervir na economia e que os estados federados como o nosso estado, respeite a liberdade individual, a livre iniciativa e a concorrancia.

Assim, dentro da essencia do liberalismo moderno, precisamos lutar pela valorizacao da livre iniciativa e concorrancia entre as microempresas e empresas de pequeno porte e um tratamento juridico diferenciado.

No ano de 1983, o Ministerio da Desburocratizacao apresentou uma importante Emenda Constitucional que elevou a protecao da microempresa, obrigando o legislador ordinario a conceder-lhe tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativos, tributarios, previdenciario, trabalhista e crediticio, e atribuindo a Uniao competencia para, mediante lei complementar, conceder as microempresas ampla isencao tributaria, no ambito estadual e municipal, abrangendo-se, naquela competencia, todas as especies de tributo, inclusive taxas e contribuicoes, bem como a dispensa de reducao de obrigacoes acessorias ou formais.

Hoje, com o importante apoio da Confederacao Nacional das Micro e Pequenas Empresas, tivemos, dentro da ordem constitucional, de um "tratamento favorecido para as empresas nacionais de pequeno porte" (art 170, IX, CF) e "tratamento juridico diferenciado as microempresas e as empresas de pequeno porte" (art 179, CF) e que, com apoio da Federacao Paranaense de Micro e Pequenas Empresas e entidades associadas, atraves desta importante Emenda Popular, poderemos instituir estes principios a Constituicao do Estado do Parana.

Afinal, e preciso ter garantido o direito das microempresas e empresas de pequeno porte na Constituicao, porque, e o unico segmento capaz de oferecer uma resposta clara e objetiva ao dilema de um Estado em desenvolvimento que precisa encontrar, todos os anos, emprego para milhares de pessoas que se incorporam, pela idade, a forca de trabalho.

A vocacao do Parana, sedimentada ao longo de sua historia, e a de ser um prospero estado empresarial-industrial na federacao brasileira.

E, a verdade e que o Estado do Parana ja esta maduro para o desenvolvimento empresarial e precisa, com a eguide da nova Constituicao Estadual, de ter implemto necessario para se consolidar em uma grande potencia economica e industrial.

Esse ideal somente pode ser alcançado com a valorizacao do pequeno empresario paranaense.

15:20

6-

Esse ideal somente pode ser alcançado com a valorização do pequeno empresário paranaense.

Celso Marcelo de Oliveira

Centro Paranaense de Estudos Empresariais

Federacao Paranaense das Associacoes de Micro e Pequenas Empresas
Rua Monsenhor Celso, 252 5º andar conj. 501
CEP 80010 Telefone (041) 233-2563

Centro Paranaense de Estudos Empresariais
Rua Mal. Floriano, 366 - conj. 44
CEP 80010 Telefone (041) 233-8541

20/03/89

mlm

15,35 hrs.

O SR. FERNANDO WAGNER:- (Termina de lêr as Propostas)

Eu vou me justificar. Bom o Estatuto da Livre Empresa, da forma que foi adotado, em âmbito nacional, inicialmente previa que as micro-empresas estavam isentas para o teto de, 10.000 OTNs, na época, fixadas no mês de julho, como média. O Estado do Paraná ao / estadualizar esta medida, segurou a OTN em janeiro, ou seja o ano passado com uma infalção de 1000% a micro-empresa se desenquadrou, não por que cresceu, mas porque a correção monetária devorou a sua isenção, fez um planejamento todo para não ter o ônus do imposto e no fim do ano, além do juro teve a correção por se desenquadrar. Ent~o se faz necessário que se conceda uma anistia à esta micro-empresa, até para ela so breviver, em função da ~~XXX~~ situação que foi criada.

Nós estamos trabbalhando, atual mente, junto à Secretaria num novo Estatuto, corrigindo estas distorções existentes. Nos / cusamade embutirmos sonegadores, eu acho que nós temos que corrigir estas distorções. A partir do momento que nós entendemos que a micro-em- / presa e a ~~pe~~ empresa de pequeno porte, têm que ser encaradas na vida / empresarial, repetindo um estágio de iniciação à atividade empresarial, da tem que ter prazos detetminados. Nós estamos estudando isso dentro / do Estatuto por diversos segmentos, ou seja, indústria, comércio, serviços, dar prazos diferenciados até visando incentivar alguns ramos de / atividades específicas.

Eu tenho aqui um anúncio do Movimento Nacional da Livre iniciativa que diz o seguinte:-

" No último ano a saúde da economia...

(PASSA A LÊR, Fotocòpia em anexo).

JÁ QUE TENTARAM TUDO PARA SALVAR A ECONOMIA BRASILEIRA, POR QUE NÃO EXPERIMENTAR O MELHOR REMÉDIO: A LIVRE INICIATIVA.

No último ano, a saúde da economia brasileira continuou periclitante.

Pior: a doença agravou-se perigosamente.

Não que os médicos tenham pecado por omissão; pelo contrário, nestes anos de crise, o Governo empenhou-se para encontrar uma saída. Os mais diversos tipos de tratamento foram tentados, deixando o Estado desorientado ante a rebeldia dos resultados.

Todos os métodos aplicados tiveram um ponto em comum: o agigantamento do

Estado na intervenção e no controle da ordem econômica em detrimento da iniciativa privada. O Governo já controla o câmbio, o comércio exterior, os salários, os preços, o crédito, limita os lucros e absorve a poupança.

Determinou ainda aumentos de IR, ICM, IPI, de contribuição da Previdência, antecipação da TRU e do recolhimento do INPS, sobretaxação de lucros extraordinários, etc.

Enquanto os preços dos produtos da iniciativa privada têm limitações e controle do CIP, os preços de produtos e serviços administrados pelo Estado sobem baseados em indicadores plenos, sejam INPC, ORTN, Índice de Preços por Atacado ou variação das cotações do dólar.

Os salários sofrem achatamento por anos seguidos.

Todas essas medidas, em verdade, caracterizam mais uma gigantesca transferência de recursos do setor privado para o setor público, com empobrecimento da

sociedade e perigoso debilitamento da empresa privada, reduzindo sua capacidade de geração de lucro e diminuindo os investimentos empresariais. O que significa menor renda e menos empregos.

O Brasil, com suas grandes carências, não pode conviver com a recessão por longos períodos. Necessita crescer, criar empregos, produzir com eficiência, gerar excedentes exportáveis. Esse é o grande papel da livre iniciativa. Vale a pena lembrar que, apesar de

2/3 dos recursos econômicos permanecerem sob controle do Estado, mais de 90% dos empregos existentes no País foram criados e são mantidos pela iniciativa privada. É necessário que o País retome a filosofia de

mercado, que se restabeleçam na plenitude os riscos e compensações da economia liberal e que se restitua o espaço devido à empresa privada.

Depois de tantos anos de centralismo crescente, o Brasil merece que seja dada uma verdadeira oportunidade à livre iniciativa. E que isso seja feito logo, enquanto o doente ainda tem reservas para poder se recuperar.

O fortalecimento do setor privado é fundamental para se alcançar o pleno emprego e a recuperação econômica.

MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA.

O SR. O SR. FERNANDO WAGNER - ... (lendo artigo) (Termina de ler)

Bom, o que eu quero dizer é o seguinte: Que este anúncio está atualizado, e mudando as siglas. Este anúncio foi publicado durante o governo Figueiredo, no ano de 1984 e está fazendo 5 anos e digo que pouca coisa mudou no Estado. As pequenas empresas, micro-empresas mudaram muito. Em 85, no Paraná, éramos 20 mil, e hoje somos perto de 70, cadastradas oficialmente na Secretaria das Finanças.

Eu acredito que esse número hoje em função dos dados que eles recolheram, eu acredito que estejam beirando a 100 mil micro e pequenas empresas do Paraná, que oferecem de forma visível geração de empregos e uma série de benefícios diretamente a sociedade.

É esta a minha posição e peço aos senhores constituintes que levem em consideração a importância fundamental da preservação até da correção de distorções desse segmento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Grecca)

Eu esclareço que a sua proposta já protocolada vai ser apreciada por essa Comissão de Ordem Econômica e Social. Esclareço que os demais deputados da Comissão não estão, estamos o Relator e eu só, porque há uma votação em Plenário, que exige a sua presença: Mas nós vamos discutir cada uma das propostas, no fórum da nossa Comissão, com o quorum legal para tal. Obrigado.

Eu peço que tome assento à Mesa, na sequência das comunicações previstas para esta tarde, o Dr. Odone Fortes, diretor do jornal Indústria e Comércio de Curitiba, e que é uma autoridade em comércio exterior e que vem falar a essa assembléia constituinte sobre o que deva ter o texto constituinte, com relação ao comércio paranaense e ao comércio exterior do Paraná. Seja bem vindo Dr. Odone.

O SR. ODONE FORTES - Obrigado, deputado Rafael Grecca. É uma honra para

nós estar hoje, nesta Casa, para prestar alguns esclarecimentos e também trazer a nossa palavra na área de comércio exterior sobre a economia do Estado e ao mesmo tempo o que se espera da Assembléia Esta-

dual constituinte.

Eu gostaria, senhor Presidente, de fazer algumas colocações sobre o Estado e especialmente sobre a perspectiva do Paraná para o próximo milênio, e também quais os caminhos.....

O SR. ODONI FORTES - ... quais os caminhos que devíamos trilhar e também algumas sugestões na sequência para que esta Comissão pudesse levar a Assembléia Estadual Constituinte algumas propostas concretas.

Nós entendemos que o Paraná hoje está ainda numa fase indefinida no seu processo de desenvolvimento, ele não alcançou estágio claro e definitivo para que caminho ele vai seguir. Nós temos um potencial abrícola, estamos desenvolvendo o setor agroindustrial e o setor industrial propriamente dito ainda não alcançamos os pontos necessários ideais para assegurar o nosso futuro.

Entendo queo ~~Paraná~~ Paraná precisa de uma definição clara de determinados programas que ajudem a consolidar o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo assegurar ~~xxxxx~~ qual o ele padrão que ~~xx~~ deseja para sua população.

O mundo está cheio de exemplos claros de mudanças e transformações, começa isto pelo Sudeste Asiático, onde temos uma potência chamada Japão, depois chegamos a China, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura todos exemplos de que o domínio de determinadas tecnologias permite o desenvolvimento e o crescimento harmonioso da renda per capita da população.

O Paraná tem algumas fórmulas que se adotadas poderia também poderia definir dentro do País a sua linha a sua direção. Nós ~~xxxx~~ entendemos que alguns setores nos beneficiam por demais por termos a matéria prima existente, precisamos então condições para desenvolver.

O Paraná pode se tornar ainda nos próximos anos o ~~xxxx~~ maior polo de celulose, de papel do País em função dos ~~xxx~~ investimentos feitos na área de reflorestamento e se devidamente estimulados poderemos verticalizar o setor de produção dessa área, principalmente de papel, com as indústrias de celulose instaladas em em fase de instalação se for verticalizada para o setor de papel, os próprios lucros verticalizando essa atividade poderemos atingir um desenvolvimento bastante elevado de um produto que o mundo tem necessidade e terá grande consumo nos próximos anos, dificilmente poderemos pensar na substituição do papel por outro tipo de ~~material~~ matéria prima.

O papel continuará sendo e nós devemos pensar que o papel pode se transformar num polo, principalmente esta área mais pobre do Paraná, a região de Cerro Azul até uma parte do nosso Litoral não há indústria instalada e talvez ali se localize um polo a partir das próprias reservas florestais existentes.

Evidentemente o polo siderúrgico não passará pelo Paraná porque não temos matérias primas necessárias ao desenvolvimento do setor siderúrgico e se pensarmos em setor siderúrgico temos que pensar no abastecimento dessas indústrias através de um sistema de transporte eficaz das jazidas existentes hoje no País, de Carajás ou mesmo da parte de Minas Gerais, ~~nós temos que adequar o Paraná com porto específico para o transporte de minérios, talvez possamos entrar nesse setor siderúrgico já pagando pedágio em função da matéria prima nossa não ter a qualidade e também não ter o volume suficiente como é de Minas Gerais.~~
ou vindo do Espírito Santo através de Tubarão, nós temos que adequar o Paraná com porto específico para o transporte de minérios, talvez possamos entrar nesse setor siderúrgico já pagando pedágio em função da matéria prima nossa não ter a qualidade e também não ter o ~~xxx~~ volume suficiente como é de Minas Gerais.

O setor de informática perdemos já o andamento, ~~xxxx~~ dificilmente poderemos alcançar, desenvolver a informática no País São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nossas indústrias no setor são pequenas, insuficientes, podemos contar com três ou quatro empresas que têm alguma tecnologia ...

O SR. :- ...três ou quatro empresas que tem alguma tecnologia, e isto demonstra que não podemos, talvez, alcançar estes centros. Vamos ter que pensar~~xx~~ em alguma coisa diferente.

Resta também um outro ponto importante a ser pensado: o setor de biotecnologia que nós vamos ter que entrar dentro dessa área e é um espaço vazio e já temos aqui a instalação de uma indústria multinacional...(inaudível), que pode ser o ponto de partida, se insinuando para que outras indústrias do setor possam vir para o Paraná e são indústrias que absorvem mão-de-obra qualificada, elevando a renda naturalmente dos trabalhadores do Paraná.

Há um setor que o Paraná também tem que pensar o setor agrícola, principalmente, é na definição, de uma política clara, de produção de insumos agrícolas e também na produção voltada à exportação.

Eu acredito que o mundo está dando exemplos hoje de desenvolvimento em determinadas áreas e capaz de absorver qualquer tipo de produção, nós teríamos desenvolvimento da citrocultura(?) que o Paraná já começa a dar os primeiros passos, mas ainda é incipiente e o resultado é de longo prazo. Teremos que pensar em culturas intensivas de frutas, principalmente nessa região do litoral, estimulando um padrão de qualidade, com uma genética especial votada à exportação. O litoral paranaense pode e tem condições de produzir frutas exportáveis, principalmente hoje...(inaudível) banana, com uma qualidade especial que possa entrar no mercado europeu ou até mesmo no mercado americano. Segundo os dados podemos entrar também em frutas como melão, mamão, a exemplo ~~que~~ do que existe hoje no Vale do Jequetinhonha, no São Francisco, nós temos um programa específico para este setor, porque se ~~xxxx~~ voltarmos uma parte para o consumo interno e uma parte para o consumo ~~xxxxxxx~~ externo, para a venda externa, nós...(inaudível) um preço médio/extraordinário e levantaremos a renda dessa população do litoral paranaense. Nós devemos pensar ~~xxx~~ nisto com intensidade, porque ~~x~~ é uma forma madura de se promover o desenvolvimento.

Eu acho que o melhor exemplo nós tivemos agora recentemente no Chile com este problema que deu a uva chilena e foi para o mercado americano e que apresentou...(inaudível) que o potencial imenso é a tecnologia desse setor no Chile, chegando hoje a volumes maciços de exportação.

Nós também podemos chegar ainda a ~~xxxxxxxxxxxx~~ alguns outros setores, especialmente uma definição clara de aproveitamento das matérias primas da área de ~~xxx(inaudível)xxx~~ couro. Os cortumes existentes hoje no Paraná são poucos...

em função do rebanho bovino existente e também ~~na~~ e os demais tipos de animais criados dentro do país não foram desenvolvidos adequadamente. Temos que pensar ~~na~~ nisto. E podemos ainda verticalizar alguns outros setores que estamos perdendo já a liderança que possuíamos anteriormente. Vejam que a indústria moveleira já o Paraná perdeu esta liderança há muito tempo. Nossa indústria está hoje atrasada em relação a Santa Catarina, a São Paulo e até mesmo ao Rio Grande do Sul. A indústria moveleira está em processo de recessão e está mantendo o abastecimento de matéria prima de outros Estados e hoje o pólo exportador de Madeira é o Pará. O Paraná já está hoje em função inferior a esse Estado e nós não temos uma política também clara para o setor madeireiro, apesar dos grandes... (inaudível) nacionais terem suas sedes e sua posição econômica no Estado do Paraná...

O SR. ODONE FORTES: ... no Estado do Paraná. Se motivados, poderemos, então, havendo fiscalização, formar uma indústria de móveis madura, condições de competir no mercado mundial. E assim nós não estamos sentindo.

Todos estes pontos apresentados, senhor Presidente, evidentemente dependem da ação da iniciativa privada mas também o Estado deve ter a sua participação criando estímulos e ao mesmo tempo pensando junto com a iniciativa privada, que caminho podemos trilhar. Uma das fórmulas que deu certo no Paraná e veja-se isso no CODEPAR, talvez seja agora a oportunidade de ser reeditado, com programas específicos, criando fundos específicos para o desenvolvimento industrial, fundo específico para o desenvolvimento da exportação, de produtos de exportação, fundos de desenvolvimento para a agricultura e que poderia ser acionado e juntado às ações da iniciativa privada com o Governo e com a classe política, para direcionar o caminho que o Estado precisa seguir.

O SR. PRESIDENTE: Seria a criação de fundo específico para desenvolvimento ?

O SR. ODONE FORTES: Para desenvolvimento. Nós já temos, hoje, a própria Secretaria já tem um fundo específico, através do ICM, na aplicação de determinados setores. Mas, acho que devemos evoluir e pensar mais claramente, com maior profundidade, como fazer estes fundos se voltarem à atividades prioritárias e até mesmo para a intensificação de uma atividade, sem que represente isso uma doação ou também dinheiro a fundo perdido à iniciativa privada. Eu acho que este tipo de aplicação, no ~~nosso~~ governo, tem que ter um retorno adequado, é um empréstimo que se caracteriza a longo prazo, o governo deve participar e até ser sócio deste tipo de empreendimento, adequando-o às empresas para a sua ação dentro do mercado. É a definição clara de que o Paraná vai buscar, para o seu desenvolvimento, como é que nós podemos levantar a renda desta nossa população. Se não tivermos propostas adequadas, evidentemente continuaremos nisto que está aqui, que não satisfaz. Nós já vimos o quadro aqui, agora há pouco, os sem-terra, os sem-

carro, os sem - casos, são todos que têm problemas. E eu acho que todos devemos dar, através de um trabalho e da geração de empregos, devemos ~~xxxx~~ pensar em geração de empregos. Empregos para todos e que este emprego permita às pessoas alcançar seus objetivos, suas necessidades básicas, que é a alimentação, saúde, educação e habitação.

Senhor Presidente, estes são os pontos que eu trago à reflexão a esta Casa, para que se possa, talvez, aprimorar alguma idéia mais concreta a respeito deste tema. Mas, me parece que nós não temos uma definição clara e justa para onde é o nosso desenvolvimento, quais são os pontos e quais são as prioridades. Me parece que também uma só não pode ser e muitas também não. Mas, pelo menos devemos ter uns cinco ou seis pontos que devem ser atacados. E esta ação pode ser conjunta, entre o Estado e a sociedade, obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Dr. Odone, em nome do Poder Constituinte do Paraná, aqui representado por este Deputado, pelo relator, Deputado Haroldo Ferreira; pelo Deputado Orlando Pessuti a quem eu peço para que tome assento à mesa, para dar a ilusão aos palestristas de que este plenário está cheio.

Nós agradecemos, sobremaneira, a sua contribuição, eu tomei notas delas, mas eu entendo que no sentido de poder constituinte o que seria a sugestão mais materializada seria a proposição da possibilidade na Constituição, da criação de fundos específicos para desenvolvimento ...

RAFAEL GRECA -... fundos específicos para desenvolvimento. Seria basicamente isso. E a criação de uma definição clara e justa de pontos para onde caminha o desenvolvimento do Estado.

ODONI FORTES MARTINS - O plano nosso que o Paraná quer, acho que temos as lideranças estaduais, as lideranças políticas, colocam suas idéias, mas ainda não encaramos essas idéias por completo. Por exemplo, os governos anteriores e o governo agora do senhor Álvaro Dias tem algumas prioridades, mas nós precisamos ver se as prioridades colocadas até agora têm se caracterizadas como adequadas, por exemplo. A questão da educação. Nós temos hoje 4 universidades e 11 faculdades. Essas universidades nossas senhor Presidente só para acrescentar, como é que nós através desses fundos podemos estimular o acesso tecnológico dessas universidades. Como nós podemos criar e incentivar as universidades a trazerem a pesquisa e termos acesso a essa tecnologia gerada dentro do próprio Estado. Então, como podemos ter isso aproveitando que o Estado já é membro natural, que paga a conta dessas universidades dentro do Estado.

Mas, a sua colocação me define qual é a forma do desenvolvimento para dar ao Paraná um padrão diferenciado dentro do país. Se a renda brasileira hoje é de 50 ou 100 dólares ou mil dólares por ano, como é que o Paraná pode ser de 3 ou de 5? Pela qual como é isso que devemos chegar. E isto só vai ser através da produção e nós teremos que estimular a produção de todas as formas possíveis. Então, esses fundos seriam a forma para chegarmos à renda diferenciada dentro do Estado.

Ora, se estimularmos a agricultura com o agricultor voltado à exportação, ao mercado interno de produtos novos nós teremos uma agricultura forte. Uma agricultura de pequena propriedade mas com alto resultado, alto ganho e alta rentabilidade ao produtor.

Se temos indústrias que têm na ponta tecnologia evidentemente elas deterão uma rentabilidade maior e poderão

repassar isso aos seus trabalhadores. Esse conjunto de fatores é que pode influenciar a diferenciação nossa em termos de rendimento. Como chegar ao resultado final que é o que nós podemos dizer, a justiça social e que o senhor acabou nessa colocação hoje que vieram trazer as propostas à Assembléia Constituinte porque vocês querem o bem de todos.

Então, como essas coisas são para o bem de todos é dando a eles acesso ao ganho, ao emprego, à casa, etc, não gratuitamente porque não compete ao Estado dar porque não tem de onde tirar. Mas acho que nós devemos dar condições para eles. E a forma seria isso, a integração do Governo, da iniciativa privada na busca do desenvolvimento.

RAFAEL GRECA - Eu agradeço Dr. Odoni sua participação e na sequência desse painel passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda Dr. Luis Carlos Hauli para que desenvolva o tema "Finanças Públicas e Constituinte", instruindo essa Comissão de Ordem Econômica e Social na visão do Governo e na sua visão de técnico financeiro que é sobre como deva ser ou, como na sua opinião, deva ser o capítulo referente à Ordem Econômica e Social do Estado no sentido de estabelecer as atribuições do Estado e os deveres do Estado e os direitos do cidadãos, enfim, que é grave a nossa responsabilidade na redação desse texto Constitucional. Mais uma vez em nome do Poder Constituinte eu agradeço que S.Ex^a. tenha aquiecido de comparecer a esta Assembléia.

LUIS CARLOS HAULI - Ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Rafael Greca de Macedo, ilustre relator Haroldo Ferreira, prezado membro da comissão Orlando Pessuti, senhoras e senhores presentes.

Nós estamos aqui com o Diretor Geral da Secretaria, professor Martins, inspetor geral de tributação.....

20/03/89

15,55 hrs.

mlm

~~XXXXXXXXXX~~

-1

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... nós estamos aqui com o Diretor Geral da Secretaria, Professor José Pio Martins, Inspetor Geral de Tributação, Dr. Egmar Arantes, a assessoria Econômica, / Programador da RECEITA, Professor Clóvis, temos um Delegado Regional / Receita e o assessor Luiz Vitor Michicov. Portanto nós havíamos solicitado à Comissão um prazo mais longo, de que deste de vir 2ª-feira, porque entendíamos que devíamos fazer um trabalho mais aprofundado para apresentar à esta Comissão. Mas, como foi colocado no nosso Gabinete a exiguidade dos prazos legais, procuramos fazer aqui uma coletânea de informações, para ~~XXXXX~~ virmos subsidiados à esta Comissão, e eu pensava inicialmente que a questão ficaria mais no aspecto financeiro, mas vamos ver o que podemos dar de contribuição com o que nós temos, no dia a dia da Secretaria, do nosso trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o setor público brasileiro vive nestes dois últimos anos a sua mais séria crise da História, é sem precedentes. O agravamento desta crise no setor público, / tem relação com o agravamento do processo inflacionário brasileiro, o / nosso sistema tributário é muito sensível e principalmente o imposto de Circulação de Mercadoria, agora com a nova Legislação Estadual, imposto de Circulação de Mercadoria e prestação de Serviços. Portanto nós temos convivido, neste dois últimos anos com a crise do setor público e / conseqüentemente levando-nos à uma reflexão profunda sobre a estrutura do aparelho estatal, e isso tudo está acontecendo juntamente com todas as modificações que o País está participando que vai desde a Convocação e promulgação do Texto Constitucional, deposição com as Constituições Estaduais e juntamente com o processo de redemocratização do País que vai culminar com a eleição direta para Presidente da República.

Este momento, portanto, é muito oportuno, muito importante e muito rico, porque nos permite estudar com profundidade / e partir para uma nova etapa da concepção do setor público brasileiro que passa por uma revisão de seu papel. O que tem acontecido é que nós temos feito, no setor público, nestes últimos anos, Educação, Saúde, / Fomento, Esporte Cultura e também levando junto a participação do Esta

20/03/89

mlm

15,55 hrs.

-2

do no desenvolvimento econômico na participação da área que é de competência da empresa privada. Este modelo, no nosso entender, em função desse envolvimento todo, chegamos à conclusão que não podemos mais prosseguir com este modelo. Mesmo porque o setor público, com a deteriorização de recursos não tem meios de garantir os serviços públicos essenciais e fundamentais. É necessário um choque fiscal e uma reforma administrativa profunda, no setor público. Primeiro fazer aquilo que não faz bem ou seja Saúde, Educação, infra-estrutura, Habitação, etc., enfim / toda a necessidade que a sociedade requer.

Com estas considerações que estamos dentro do contexto que o Governo do Estado precisa de recursos, precisa de dinheiro. A carga tributária bruta do País está girando em torno de 22 % / 23% do produto interno bruto, só que a carga tributária líquida ela chegou aos níveis intoleráveis, em torno de 8%. E com isso a gente traz para a questão estadual...

O SR. KUIZ CARLOS HAULY - ... E com isso a gente traz para a questão estadual e fazemos uma análise também do que tem representado a questão do tributo e da necessidade para cobrir as despesas públicas

Na verdade hoje a gama de subsídios e incentivos, todas as formas de incentivos fiscais e financeiros, comprometeu em demasia esta carga tributária que se fosse aproximadamente carga tributária bruta, sem dúvida nenhuma pagaria todas as despesas necessárias para a manutenção do setor público brasileiro.

Portanto, o setor público que proveu a economia deste país não tem mais condição de caminhar. E aqui na área do ICM o entendimento também é o mesmo. Nós precisamos ter muita cautela na concessão de incentivos, subsídios, porque a época é uma época de despertar em que as necessidades da população cada vez mais são exigidas do funcionalismo público também. Portanto, este conflito como adequar a necessidade de receitas públicas com a necessidade de manutenção de um aparelho estatal, da prestação do serviço público, não fecha nos dias de hoje.

Então as nossas providências, a nossa concepção da nossa estratégia de trabalho e de luta, com a ascensão do governo Álvaro Dias nós entendíamos aquilo que sempre entendemos ao longo de muitos anos de uma necessidade de uma descentralização dos recursos tributários através de uma reforma tributária, ou melhor, de uma redistribuição do bolo tributário.

E o que acabou acontecendo com a promulgação da Constituição e agora com as leis complementares derivadas que vão consubstanciar uma nova configuração do bolo, da participação dos Estados e municípios no bolo tributário, conseqüentemente com novos encargos, uma nova situação. Evidentemente Srs. Deputados, aquilo sonhávamos e desejávamos não aconteceu. Não foi aquilo que nós desejávamos, mas foi o possível. Foi negociado passo a passo, centímetro por centímetro, dentro, desde a primeira hora da Comissão de Tributos, depois na sub-Comissão de Tributos, depois na Comissão de Tributos Orçamento e Finanças, depois para a Comissão de Sistematização, até a hora derradeira da aprovação final das discussões transitórias que nós tivemos presentes com a nossa assessoria

técnica, acompanhando para garantir a Estados e Municípios uma nova participação no bolo tributário.

Portanto, conseguimos em parte tirar esses tributos do governo federal, cinco tributos, grandes tributos, que eram os impostos únicos de combustíveis líquido-gazosos, minerais, energia elétrica, e dois de prestação de serviços, de comunicação e transporte, e passar esses tributos para a base de incidência do ICM que passou com os dois serviços como ICM "S".

Portanto, mais uma maior participação no fundo de participação do Estado e dos Municípios através da maior participação na cota parte do Imposto de Renda e do IPI que o Estado tinha 14%, vai até 1992 para 21,5% e o município que tinha 17 vai até 1992 para 22,5%. E também com a criação do fundo de compensação pelas perdas de exportação que é composto desse fundo com 10% do IPI nacional que ainda vai ser regulamentado, que não tem a regulamentação. E, considerando nisso tudo uma maior participação do município no ICM, hoje o ICM é de 20%.....

O SR. HAULY - ... no ICM, hoje o município tem participação em 25% no bolo do ICM terá já agora a partir deste mês 25%, mais o imposto sobre transmissão de bens imóveis, mais 50% de IPVA, mais 25% deste fundo de compensação de exportação, mais a manutenção do ISS e o IPTU e as taxas, no nosso entendimento o município vai ter um ganho em torno de 30%, evidentemente varia de município para município de acordo com a composição da sua receita, maior peso dos fundos de participação e os Estados do Centro Sul do País terão um ganho em torno de 7 a 8%, os Estados do Norte e Nordeste terão um ganho de mais de 20%, notadamente na parte no Fundo de Participação dos Estados que numa composição nacional eles exigiram que o Norte, Nordeste, Centro Oeste ficassem com 85% deste fundo e o Sul e o Centro Sul e o Sudeste com apenas 15% para repartir entre os Estados.

Então mais composições de natureza da constituição do ICMS as alíquotas interestaduais do ICMS e entre os Estados do Sul e Sudeste de 12%, para as exportações nossas daqui para o Norte e Nordeste, era de 9% e eles exigem uma participação de 9 este ano e 8% a partir do ano que vem, isso significa que na exportação de um determinado produto fabricado no Paraná para o Estado do Ceará vai o produto quando for com uma alíquota de 8% que fica no Estado, desde que esse produto seja por exemplo o óleo de soja, que a produção da soja é daqui, a indústria é daqui, produziu o óleo embalou, manda para o Ceará nós cobramos 8% e quando chegar no destino lá na venda o Estado vai cobrar 9% para completar os 17%.

A alíquota é 17%, nós recebemos, na interestadual, produtos de São Paulo a 12% e tributamos 17%, tributa 5%, com isto é uma faca de dois gumes Sr. Presidente, também na questão do ICM, eles podem ter feito com isto uma opção por nunca ser industrializado.

Então mas como o entendimento precisava da implementação do ICM e conduzimos e chegamos a tal ponto. Portanto os componentes que fundamentam, que são os principais componentes que influem decididamente na questão da receita pública, como disse a diminuição da carga tributária ela é gritante e ela vem axentando ano após ano, ela tem na composição do ICM, notadamente os seguintes aspectos significativos.

Primeiro a inflaç~ao, mensurada pela nossa Assessoria Econômica, a inflação proporcionou no ano de 1.988 uma perda calculada a partir do primeiro dia do mês seguinte do fato gerador, 39,3% de perdas no ano de 88. Por exemplo o tributo gerado no mês de fevereiro, ele entra nos cofres do Tesouro, alguns com 30, 40, 45 dias, quando nós assumimos a Secretaria a 90, 120 ...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:- ...a 90, 120, 150, 180 dias. Fomos praticamente eliminando gradativamente esses incentivos sem criar um trauma maior no setor produtivo e ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ ~~xxxxx~~ conseguimos chegar agora num prazo máximo de 40 dias. Assim mesmo se todos os setores, grupos industriais um, dois, três, estão com trinta dias, contra uma média de mais de 60 dias.

Portanto, em 1987, só para ter uma idéia, as perdas com esse mesmo processo de corrosão foi de 28,1%. Ela não foi mais grave, não foi mais que 39,3 em 88 porque nós tomamos a decisão política que foi uma decisão das ~~mais~~ ~~difíceis~~ difíceis porque tivemos que dialogar permanentemente com o setor produtivo para que ele não se revoltasse com a retirada dos prazos que foram no passado concedidos.

Evidentemente num regime inflacionário de 100% até 200% convivia-se com uma dada perda, com esse mesmo efeito corrosivo e até 1986 que entendemos como um dos anos dos melhores anos da história, de toda a história de receitas tributárias do Estado do Paraná, em função do Plano Cruzado, da diminuição das exportações, do aumento do consumo interno, enfim da ativação de toda a economia, de um grande momento que teve a economia brasileira no ano de 86 e considerando também que o setor público naquele ano teve uma maior capacidade de investimento porque a sua ~~poupança~~ poupança líquida para investimento foi de 27% contra zero de 87, em função de que também os salários ficaram congelados e a concessão salarial que houve naquele ano, daquele Governo, foi para o ano seguinte que foi a questão do ministério e a explosão do pós-cruzado que aconteceu em todo o nosso Governo.

Evidentemente que com aquela situação ~~em~~ houve uma poupança líquida para investimento de 27% e hoje nós estamos próximos de zero, dois, três por cento, próximo de zero. Então a situação do setor público é uma situação deveras ~~difícil~~ difícil e eu dizia: das perdas provocadas pelo processo inflacionário foi a maior.

A segunda questão que eu reputo é a questão da microempresa que necessita de uma avaliação profunda dos senhores constituintes e de nós próprios do Governo do Estado e da classe empresarial. Por que? Nós estamos hoje praticamente com setenta mil microempresas. Vamos fazer um raciocínio que eu tenho desenvolvido e que ele serve assim como um parâmetro global para o entendimento da questão: a microempresa tinha direito a isenção até a Constituição e a legislação antiga até dez mil OTN's. Partindo do pressuposto que a base de cálculo para a incidência do ICM é de 30% de 10 mil OTN's, três mil OTN's Dezesete por cento sobre a base de cálculo, trinta por cento, nós teremos quinhentas e dez OTN's que, por sua vez,...

seria o tributo devido por uma microempresa de janeiro a dezembro do ano. Quinhentas e dez OTN's vezes 70 mil microempresas, trinta e cinco milhões de OTN's. Pois vejam, senhores, no ano de 1988 arrecadamos 129 milhões de OTN's, contando os ~~80~~ 20% do município e os 80 do Estado. No ano de 87 arrecadamos 120 milhões de OTN's. Ainda não tínhamos aqueles problemas de proteção das receitas tributárias. No ano de ~~87~~ ~~87~~ 86 foi o ápice, o máximo das arrecadações tributárias em toda a história do Paraná, arrecadamos ~~130 milhões~~ 131 milhões de OTN's.

Então, nós vemos que a primeira receita tributária ~~do Paraná~~ da história do Paraná foi 86, a segunda 88, a terceira 87 e no ano de 1988 fazendo este cálculo em torno desta situação, trinta e cinco milhões de OTN para 129 milhões.

Então, vejamos que as perdas passam de 20% quando o Estatuto da microempresa supunha que fazia uma previsão de perda não maior do que 5%.

Aí vejamos, começamos analisar a questão da microempresa. Eu já estive defendendo a...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY: ... eu já estive defendendo a microempresa durante anos, como prefeito, como presidente do conselho de desenvolvimento industrial do meu município, e hoje entendo que ela precisa de uma avaliação profunda, por que? Ela conta, evidentemente, a geração de emprego, mas também como instrumento de institucionalização da sonegação. E também, nós notado nestes poucos anos de existência do estatuto de micro empresa, que muitos pegaram as suas empresas m dia e repartiram as empresas, abrindo, pegando várias inscrições dentro da família, numa clara negação do princípio da criação do estatuto da microempresa, que era ser uma alavancagem para que o cidadão se estabelecesse como empresário e desse os primeiros passos. Mas, me parece que a ~~questão~~ questão foi levada, para muitos, como uma opção para ser micro a vida inteira, quando na verdade nós temos que ter o empresário estimulado pelo setor público, sim, mas como uma alavancagem inicial, para que ele possa progredir e se constituir numa micro, pequena, média e uma grande empresa. E o que temos visto? Apenas uma proliferação das microempresas. E vamos ser claros: todos somos paranaenses, brasileiros e patriotas e desejamos o melhor para o nosso País. Se falo isto não falo evidentemente, que sou contra nenhum empresário neste Estado. Somos defensores deste Estado, deste País, para que realmente tenhamos a concepção exata, não demagógica, não de chavoões, porque o que matou e está matando este País são estas manifestações demagógicas em que não se leva nada em profundidade, fica-se na superficialidade e acontece o que acontece. Poderia se contestar os meus números. Mas, mesmo que contestem os meus números, da microempresa eu daria um desconto de 50 % dos números que eu dei das 35 milhões de OTN's. Assim mesmo ficaria com 17 milhões e meio de OTN's e perdas tributárias. Tem que ser visto tem que ser analisado. Constituímos um grupo de trabalho na Secretaria da Fazenda com os presidentes das duas Federações, com os nossos técnicos, estamos discutindo para ver se chegamos a um denominador comum, como chegamos na constituição do ICMS, quando reunimos aqui nesta sala na sala da OCEPAR, sob a presidência do Deputado Orlando Pessuti, do bloco agropecuário, conseguimos 47 federações de entidades, classista

e produtores, algumas de trabalhadores, os nossos Deputados e chegamos a um denominador comum, que é a legislação do ICMS.

Um terceiro ponto, senhores Deputados, dito isto das microempresas, que precisaríamos de um tempo muito maior para discutir esta questão e vamos ter, oportunamente. O terceiro item que afeta diretamente as receitas tributárias são as exportações, que era excelente para o País, tem sido um instrumento valioso para a economia nacional. Trinta e quatro bilhões dólares de exportação, no ano passado, um saldo na balança de 19 bilhões de dólares. Positivo. Bom para o País, ruim para os Estados e municípios, porque quanto maior a exportação de produtos industrializados, menos receita. Evidentemente os produtos industrializados, de acordo com a Constituição, são isentos, não pagam o ICMS, não pagam o IPI, então, menos receita tributária. Esta questão da política de exportação brasileira tem que ser revista, também. Mas, para tanto, numa luta nossa, do Paraná e Rio Grande do Sul, que nós desenvolvemos no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, conseguimos a criação constitucional do Fundo de Compensação pelas perdas de exportações. Após já alguns meses decorridos, não saiu a regulamentação, ainda. Aliás, senhor Presidente, senhores Deputados, senhores presentes, se nós não tivéssemos tido a lucidez, no exato momento do fechamento do texto constitucional, nas disposições transitórias, de colocarmos lá que se no prazo de 60 dias decorridos da promulgação do texto constitucional não houvesse a regulamentação do ICMS, poderíamos nós, os secretários da fazenda dos Estados e do Distrito Federal ...

LUIS CARLOS HAULI -... dos Estados, do Distrito Federal reunidos elaborar um convênio nacional que teria força de lei complementar até que a legislação complementar fosse feita. E foi o que fizemos no dia 14 de dezembro do ano passado, porque o prazo de 60 dias esgotou-se no dia 5 de dezembro e não tínhamos a lei complementar e nos reunimos em Confaz depois de de uma discussão imensa nacional entre os estados porque o conflito é muito grande, cada estado tem seu interesse, chegamos a elaboração do convênio que tem força de lei complementar e no dia seguinte encaminhamos para a Assembléia a Lei Estadual que passamos a discutir no mês de janeiro e que foi aprovada e que é uma peça fundamental da questão da ordem econômica, é a legislação do ICM que está aprovada.

A legislação do adicional do imposto de renda que foi uma outra grande conquista que tivemos ela está aprovada para início de implementação.

A legislação, a nova concepção do IPVA que também fruto de um acordo de um convênio nacional não cumprida apenas pelo estado de São Paulo, mas queremos crer que até o ano que vem ele cumpra que é da concepção o seguinte:

O imposto sobre propriedade de direito de veículo automotores carros de passeio 2%, caminhões de transporte 1%.

Portanto, a concepção filosófica é esta. Paga 2% do valor do veículo no dia que for pagar o imposto e nada mais dessa conversa demagógica porque aumentou mil, 2 mil, 3 mil%, 50% que não interessa à sociedade porque a sociedade é representada pelo Governo e se o Governo tributa mal se não tem recurso, como vai fazer funcionar o poder público que a sociedade requer e necessita.

Então, estabelecido esses princípios também a legislação do Ipva ficou excelente. Infelizmente o Governo de São Paulo não conseguiu passar na Assembléia Legislativa a mesma metodologia, o mesmo princípio que aprovamos no Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros estados.

capítulo de ordem
Também faz parte do ~~capítulo~~ econômico a contribuição de melhoria que também com alto entendimento dos senhores Deputados conseguimos aprovar uma contribuição de melhoria regulamentada para que pudéssemos ter esse instrumento poderoso de defesa do Estado contra a indústria da desapropriação uma verdadeira excrecência, uma verdadeira vergonha que assola este país em função de um instrumento como esse para que pudesse ter, esse instrumento, vai abrir uma estrada, cobra-se a contribuição de melhoria. Se alguém demandar contra o Estado para fins de desapropriações e, geralmente essas desapropriações são uma vergonha pelo valor impingido a estas desapropriações contra a sociedade. Porque é muito fácil dizer, o Estado paga, mas quem paga na verdade é a sociedade.

Então, esse instrumento que nós temos hoje que é a contribuição vai se emprestar ao Governante para esse fim. Evidentemente poderá ressarcir o valor da obra.

A questão dos "royalties" Senhores Deputados também aguarda regulamentação assim como o Fundo de Exportação, como aguarda regulamentação um Fundo especial para o norte e nordeste e centro-oeste, assim como aguarda regulamentação a compensação dos diversos sistemas ~~de~~ previdenciários que está no texto Constitucional, uma conquista nossa também porque hoje o Paraná é o exemplo melhor disso e acredito que os outros estados também no mesmo perfil do Paraná começa a viver uma síndrome dos inativos. Uma síndrome que já atingiu o Uruguai muitos anos atrás e temos um contingente de aposentados do tamanho do contingente dos ativos dentro do setor público.

E pasmem, em 1976 o Estado do Paraná tinha apenas 12% de inativos do total. E, 1986 já tínhamos 33% de inativos fazendo com que, evidentemente nos levássemos ao assumir o Governo uma reflexão dessa questão.....

mlm

20/03/89

16,25 hrs.

-1

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... ao assumir o Governo à uma reflexão desta questão que foi tão bem interpretada pelo Secretário Mário Pereira, que desenvolve hoje uma política de recursos humanos para que pudéssemos conter esta expansão. Eu digo isso porque a feta diretamene a questão do orçamento do Estado, porque quanto mais aoseptados o aumento do funcionalismo é de acordo com o crescimento da população do nosso Estado e as exigências dos dias de hoje por mais Segurança, mais professores, mais policiais. Se perguntarem ao Secretário de Segurança o que é que ele mais precisa ele diz:- Mais soldados, mais uns 5.000, 6.000 sodados. A Educação que é q única exceção que temos aerto tem contratado, na medida das necessidades mais professores e não para.

Estas colocações são questões que discutimos no dia a dia do Governo, dentro da Secretaria, com outros Secretários, com assessores e funcionários do Governo, e precisamos, em tudo isto, entender e conceder bem o aparelho do Estado, como é que ~~XXXXX~~ está indo. / Temos visto na imprensa que o volume de condições para com o orçamento do Estado já extrapola em 16% e não entrou ainda a totalidade das ~~XXXXXX~~ tarias e do Serviço Público. Então nos preocupa sobremaneira, nas duas pontas, como estudioso do setor público, como defensor pela preservação e fortalecimento do setor público, Nós só vamos viajar este País pela organização e aprimoramento do aparelho estatal, para que ele funcione adequadamente para atender os graves problemas dos desníveis de renda da nossa economia. E o setor público tem este papel, mas um setor público fraco, combalido, denegrado, como tem sido, nestes últimos anos, não se presta a construir uma Nação. Aqui no Paraná este Governo / temprimado pela moralidade, pela conduta exemplar no trato da coisa pública. Sim, entendemos que é uma luta desigual, uma luta gigantesca / ontra todas as formas de favorecimento, de corrupção. E o País tem / que enfrentar. No Paraná nós estamos enfrentando e é preciso mexer em todos os pontos, onde estiver a falha tem que ser denunciada, evidentemente o Governador Álvaro Dias não se arvora em ser o homem que vai a-

20/03/89

mlm

16,25 hrs.

-2

cabar com a corrupção, ele sabe que ' umaluta permanente, perene. O / grande ponto de honra dele é não deixar impune qualquer caso que ele pe que, não pode ficar impune, tem que ser denunciado! Como fizemos, na semana passada no caso Promepar. O povo do Paraná tem três milhões de dólares, que estava depositado na Justiça, que pertence ao Fundo de Desenvolvimento do Estado que se utilizou para recuperar uma empresa falida, para poder gerar emprego e riqueza e na hora de pegar o dinheiro aparece um empresário frustrado que não conseguiu tocar a sua empresa com os financiamentos que pegara na época, que eram financiametos subsidiados e vem querer pegar o dinheiro que dele não é porque contratos tem assinados, registrados em Cartório, que este dinheiro pertence ao Fundo de Desenvolvimento Econômico que é o dono da Promepar.

São questões que temos que analisar, temos que revêr tudo, está errado, tem que denunciar!

Portanto, Srs. membros da Comissão, temos dados muitos dados, sobre R^u ceita, Despeza, comprometimentos ao longo dos anos, mas outros dados assim rápidos, só para ilustração. A média histórica do comprometimento das REceitas Públicas...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - ... A média histórica do comprometimento das Receitas Públicas notadamente a comparação ICM -Folha de Pagamento, que nós fazemos muito costumeiramente, em 10 anos, no ano de 1986 este comprometimento foi de 72%. 72% do ICM foi fasto com a folha. No ano seguinte foi a 90, ano de 87, e no ano de 88 a 94%, sem contar as transferências para a EMATER e os convênios dos professores que totalizam mais 4, 4,5%, somaríamos neste total.

Portanto, com exceção do ano de 82 e 83, que este comprometimento foi na ordem de 81%, no resto do período sempre oscilou entre 72 e 74, 75%. Com isto nós entendemos que por um lado se houvesse mais funcionários contratados poderíamos então estar vazando na ponta da contratação. Não foi, o deputado Mário Pereira, Secretário da Administração tem mostrado estes números, da estabilização do número de funcionários, uma ligeira diminuição da estabilização.

Então a massa salarial do Estado tem crescido. E nós chegamos a algumas constatações terríveis. A inatividade, o acervo funcional, tempo de serviço e toda aquela montoeira de coisas, são 101 penduricalhos que tem no salário do funcionalismo. Portanto a massa salarial tem crescido e nós vemos também que o ICM tem se comportado apesar de tudo contra razoavelmente, então o comprometimento da folha, do ICM com a folha tem sido assustador.

Coloco isso também a guiza de ilustração para que os senhores deputados na concepção da formulação da Constituição Estadual acho de fundamental importância.

Temos acumulado déficit nos últimos anos, déficits orçamentários e também a questão da dívida nós temos um endividamento do Estado em 31 de dezembro de 1988, de hum bilhão e meio de dólares, sendo em 31 de dezembro o saldo de hum bilhão e trinta e sete, mais os vai a hum bilhão e meio de dólares. Poderemos depois, entendendo os deputados discutir mais com profundidade esta questão.

Uma preocupação muito grande: Por que a dívida? Com a perda de tributos do governo federal, ele deve perder uma quantidade signif

cativa, alguns dizem 15, 16%, na verdade na composição do bolo ele perderia fisicamente no bolo dos Estados em torno de 6 pontos percentuais do bolo de 100, 6 a 7.

Bom, ganhamos com a reforma tributária que não entrou dinheiro ainda e já estamos pagando a conta da Constituição que são a saber algumas contas já estamos pagando, sem termos a Constituição, que são o 13º integral, o terço de férias, e isso tudo agravou mais a situação ainda do setor público que agora a partir do mes que vem como está a usufruir do novo ICM, mas já têm algumas preocupações porque as concessões que tivemos que fazer de alguma natureza, da composição por exemplo, a cesta básica de alimento com o novo ICM cai de 17 para 12%: arroz, feijão, carne bovina, etc. etc.

Por outro lado era intenção nossa gravar os bens supérfluos em torno de 25. Alguns não conseguimos porque evidentemente na composição nós tivemos que ceder alguns anéis. Tivemos que ceder alguma coisa. Para fazer a composição evidentemente quem seríamos nós chegar a Assembléia com um texto e querer aprovar o texto. Isto foi feito muito bem na ditadura em 67; quando foi criado o ICM em 67 foi imposto de cima para baixo e ninguém discutiu, porque evidentemente estava num regime autoritário.

Mas eu queria ver aprovar uma legislação agora, nos dias de hoje, como nós aprovamos discutindo com a sociedade.

Então a questão da dívida, dizia eu.....

O SR. HAULY - ... então a questão da dívida, dizia eu e digo novamente, com a perda de receita tributária da União, do IPI, do Imposto de Renda, dos impostos únicos veio o revide e pronto, no orçamento da União eles quiseram nos cobrar o estoque da dívida, tem o estoque e tem a dívida que vence, brigamos, brigamos com o Governo Federal nada, fomos ao congresso e conseguimos assim mesmo teremos que pagar 10% este ano da dívida vencida e vincenda e só nos rolaria 90%.

Agora esta semana que o Congresso Nacional deliberou sobre os vetos do Presidente, foi feita uma composição para entrar em vigor o orçamento da União e nós vamos ter que desembolsar mais dinheiro este ano, muito mais dinheiro este ano do que desembolsamos o ano passado e infinitamente mais do que em 86 porque era zero, foi rolado 100%, então até nisso tivemos desvantagem e o pior, Sr. Presidente, a dívida de curto prazo que temos feito para o fluxo de caixa para fechar o ano de 88, como a contenção da folha, etc, etc, tomamos dinheiro emprestado essa dívida de curto prazo, com o congelamento do Plano Verão, eles pegaram a Correção Monetária e a transformaram em juros, 26, 25% ao mês, então esta dívida a cada três meses ela dobra. Por outro lado isto veio só agravar mais. Além dessa questão das exigências do Governo Federal, da cobrança da dívida também tem o fato mais grave que é a operação desmonte, quando nós concebemos a reforma tributária, a redistribuição do bolo tributário, entendíamos que era uma redistribuição do bolo tributário e a única rubrica que o Governo deveria eliminar ou diminuir era das transferências negociadas e eu sempre disse na luta pela reforma tributária ao longo de muitos anos, mais de 15 anos, que eram as transferências sacaneadas, porque evidentemente o Ministro da área o que manuseava aquele orçamento na área só dava para quem ele queria e nós sempre tivemos a idéia de que a concepção de um estado democrático, de uma federação tinha que ter necessariamente a distribuição de recursos, por parâmetros, por programas estabelecidos, não pela vontade do governante, com isto nós vemos que as transferências negociadas diminuíram drasticamente, mas também eles fizeram uma operação desmonte, passando incumbências que eram suas para os Estados e para os Municípios.. Então aí está mais um grande problema a ser resolvido, se essas transferências forem assumidas e elas forem de tal

tal ordem, nós comprometeremos totalmente as nossas receitas.

Vou citar um caso, metade da folha da Emater é paga pelo Ministério da Agricultura e nós estamos pagando 100%, a indícios que deve voltar o orçamento da Emater, mas já estamos num comprometimento terrível cada dia que passa, cada mês que passa.

A questão da merenda que também está uma discussão muito grande, o Governador entrevistou no processo, etc. Portanto, peço aos Senhores Deputados que discutam amplamente, se possível discutir conosco, que nós temos os números, evidentemente estamos preocupados com o futuro do nosso Estado na criação de fundos. Os fundos, comprometimento da receita tributária com os fundos, vai 1% para isso, 0,5% para aquilo, daqui a pouco nós não temos dinheiro para comprar as coisas mais elementares para manutenção do setor educacional.

Eu estou falando porque nós temos fundos hoje, já temos o Fundo do Desenvolvimento Econômico que deveria por recurso todo ano, temos o Fonsetec, temos que rever tudo isto, adequar evidentemente construir um Estado muito mais moderno do que ele já é até hoje.

O que eu quero deixar registrado também nesta Sessão, o Paraná tem um dos melhores aparelhos estatais ~~xxx~~ deste País, tanto é verdade que na elaboração da organização do Estado do Tocantins os funcionários da Secretaria da Fazenda, foram os que organizaram, fizeram a organização institucional do Estado do Tocantins ...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY: "...do Estado de Tocantins os nossos funcionários da Secretaria da Fazenda foram os que organizaram, fizeram a organização institucional do Estado de Tocantins e os nossos projetos e programas são sempre os melhores, porque o nosso corpo funcional é de excelente qualidade.

E também quero dizer aqui que apesar dessa situação do ano passado, o Paraná desenvolveu apesar das críticas que nós as conhecemos de sobra, o Paraná, especialmente o Paraná desenvolveu a melhor política salarial do país, entre todos os Estados da Federação e desafio quem quiser discutir esta questão. Fizemos o máximo na reposição, na antecipação salarial. Chegamos ~~x~~ ao esgotamento nesses meses de janeiro, fevereiro e março. Janeiro arrecadamos 50 de ICM, 54, quase 55 de folha. Fevereiro 55 de ICM, 60 de folha. Março 63 de folha com uma expectativa de arrecadar, pelo menos 60 de ICM. Queremos compatibilizar. Daí ~~asx~~ razões do Veto dos 39% que são na verdade 19% sobre a folha de ~~pagamentos~~ hoje.

Então, se tivéssemos condições não teríamos dúvida, nenhuma dúvida e um alarde imenso. Evidentemente cada um tem o seu motivo e a gente quer entender que na defesa do Estado do Paraná na defesa dos 8 milhões e meio de habitantes, nós precisamos encarar essas questões de frente. Não temo nada. Nossa conduta tem sido de transparência absoluta porque é imprescindível que seja assim num regime democrático. Antigamente sim é que se escondia tudo. Hoje não tem o que esconder. Qualquer funcionário que manipule os dados da Secretaria tem todas as informações. Nenhum dado de uma instituição financeira fica hoje sem transparência. E é importante que evidentemente não haja conluio, não haja o espírito corporativo. Também o excesso de espírito corporativo é um passo do fascismo. Nós temos que também ter cuidado e dosar nisto. No corporativismo, do lobismo, nós temos que dosar uma sociedade moderna e democrática e progressista e nós estamos construindo isto juntos, Srs. Deputados, Sr. presidente desta Comissão.

Tenho mais informações, mas acredito que já estou discorrendo há bastante tempo e gostaria de me colocar mais à disposição, não só agora, mas posteriormente, colocando a nossa Assessoria da Secretaria da Fazenda e ~~qu~~ aqui quero fazer um registro: os técnicos mais conceituados do Brasil são os nossos técnicos da Secretaria da Fazenda, tanto na área da administração financeira, quanto na área da receita do Estado, ~~em~~ todos os setores da nossa assessoria.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

Portanto, Sr. Presidente, eram estas as considerações iniciais que tínhamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, ao agradecer a sua oportuna exposição neste painel da Comissão de Ordem Econômi-

ca e Social eu o faço em nome de todo o poder Constituinte Estadual aqui representado pelo Deputado Pedro Tonelli, pela Deputada Irondy Pugliesy, pelo Deputado Relator e pela minha pessoa.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Eu quero convidar o nobre Deputado Mário Pereira, nosso colega e Secretário de Estado da Administração a tomar assento à Mesa, como também nos honra sobremaneira a sua presença neste fórum constituinte do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI:- Eu gostei muito da afirmação do Secretário, quando ele fala condenando o lobismo, condenando o cooperativismo que é próximo ao fascismo e quando ele relatava dados sobre as finanças públicas e que aliás sempre tem nos preocupado.

Eu tenho uma indagação. Gostaria de ver esclarecida: há duas semanas foi vetado aqui, mantido o Veto do Executivo que dava na média, na maioria 39% de reposição...

O SR. PEDRO TONELLI: ... a maioria , 39 % de reposição do ano passado

Agora, há cinco minutos, foi aprovado pelo mesmo Plenário, um aumento de 113 % para o pessoal do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e do Ministério Público. Gostaria que se posicionasse, porque para nós é uma discriminação, é um "lobbysmo" o que está ocorrendo, os mesmos cofres públicos, os mesmos que contribuem, os mesmos que recebem. E há duas semanas foi vetado 39 % de reposição do ano passado. E agora foi aprovado, o que eu acho que é justo, do ponto de vista legal e do ponto de vista moral, o que eles estão exigindo, que são 44 % que foi vetado e mais 79 por cento da inflação de janeiro. É só isso o que eles estão exigindo. Então, quer dizer, não é uma discriminação o que o Estado do Paraná está tendo com relação às suas finanças, contra os seus funcionários públicos, onde uns têm a reposição e outros nem se fala mais na sua reposição ?

Gostaria de ouvir um pronunciamento do Secretário.

O SR. PRESIDENTE: Eu esclareço que o Secretário pode ou não responder.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY: Senhor Deputado, a sua preocupação é a nossa, também. Evidentemente os magistrados do Estado do Paraná ansiavam uma equiparação com os magistrados de alguns outros Estados da Federação, que lhes deram uma nova concepção da organização do Judiciário e também de remuneração, na base de 90 % do que ganha um ministro do Supremo, começando pelo desembargados e gradualmente, de 10 em 10%, de acordo com a hierarquia dos tribunais: desembargadores, 90%; juís de entrância final, 80 %; intermediário 70%, 60 %, até chegar no juiz. E me parece que o que foi submetido à apreciação da Assembléia ficou em torno de 80 %.

A magistratura, o Ministério Público, têm lutado com isto há anos. E nós tentamos ponderar todas as dificuldades do momento, foi colocado e discutido amplamente. Entendem os senhores magistrados de que o momento da reformulação é agora. Não se trata de reposição salarial. Trata-se do plano de carreira deles. Evidentemente que vai haver uma maior comprometimento das finanças do Estado do Pa-

Paraná. Vai haver. E é oportuno que se discuta isto agora, pela oportunidade da discussão do texto constitucional do Estado, até por uma limitação do percentual que se deva dar à magistratura, porque fica uma luta desigual, fica uma luta muito difícil, porque evidentemente o senhor Deputado sabe que já alguns juizes começaram a sacar os depósitos judiciais do Banco do Estado do Paraná, transferindo-os para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica. Uma operação perfeitamente legal. Mas, contra os interesses da economia do Estado do Paraná. Porque o Banco do Estado do Paraná é o grande instrumento que fomenta da nossa economia, do nosso Estado. É um elemento indispensável ao princípio federativo e o enfraquecimento do Banestado é o enfraquecimento do Paraná. Nós não desejamos isto, sem contar outras tantas questões que o Governo, que representa no momento, o Governador Álvaro Dias, o Governo do Estado, que está no momento transitoriamente à frente do Governo do Estado, que representa o conjunto da sociedade, se depara com uma gama de interesses e também no relacionamento com o Poder Judiciário, assim como mantemos, procuramos manter um relacionamento ...

LUIS CARLOS HAULI -... assim como procuramos manter o relacionamento com o Poder Legislativo. Portanto, a questão, é uma questão realmente que o Deputado levanta e levanta com justa razão.

DIRETOR GERAL DA SECRET. FAZENDA - Só queria complementar o que o senhor Secretário está dizendo que é o seguinte. São 3 ponderações.

Primeiro, que este projeto de lei que acaba de ser aprovado hoje foi de iniciativa do Poder Judiciário e não do Executivo.

Segundo, o Poder Judiciário com esse projeto e com outro que possa fazer, bem é o seguinte.

Com a Constituição Nova o Poder Judiciário adquiriu a prerrogativa de encaminhar projeto de lei aumentando seus vencimentos ao Poder Legislativo.

Apergunta que eu fiz é o seguinte.

Se esse projeto de lei que foi aprovado hoje é aquele primeiro do Poder Judiciário.

SECRETÁRIO FAZENDA - Há um substitutivo.

DIRETOR DA SEC. FAZENDA - Aquele primeiro projeto de lei que foi encaminhado não pedia reposição de 70% nem de 40. Ele pedia apenas que os magistrados do Paraná ganhassem o equivalente aos ministros do Supremo Tribunal. Porém com aquele projeto inicial um ministro do Supremo Tribunal em carreira ganharia 6944 por mês e um desembargador com 35 anos ganharia 8310 no Paraná. E este projeto que foi aprovado está inclusive, dando ao Poder Judiciário do Paraná um salário maior. O substitutivo que estava sendo discutido pelo Governo e que deve ter sido encaminhado não dá 113% , dá 69%. Ou seja, um desembargador com 35 anos sai com um salário de 3311 para 5624 com todos os adicionais. É o salário bruto e , evidentemente que aí tem o desconto do imposto de renda que vai para o Estado.

LUIS CARLOS HAULI - Na verdade Deputado já estou na vida pública há alguns anos. Comecei como vereador em 1972. E entendo que o que eu ganho hoje como Secretário da Fazenda me satisfaz. E entendo que o que me satisfaz poderia ser evidentemente o teto.

Um secretário de estado é a mais alta posição depois, evidentemente depois do Governador, dentro do Executivo, e entendo que realmente deveria ser um teto. Mas, estamos brigando por isso. E entendo que esta briga deve ser a briga de muitos deputados, de muitos companheiros que queremos crer que não neste momento, mas futuramente poderemos estabelecer limites mais adequados à questão salarial.

Outra questão, nós tentamos de todas as maneiras na Constituição estabelecer o limite para aposentadoria em 60 anos. Não conseguimos. Tentamos de todas as maneiras 55 anos. O que está acontecendo no setor público....

20/03/89

mlm

16,55 hrs.

-1

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:-... de toda maneira 55 anos. O que está acontecendo no setor público é que jovens de 40,41 anos, no auge dos seus conhecimentos estão se aposentando e indo, evidentemente com toda uma gama de ~~conhecimentos~~ conhecimentos trabalhar na empresa privada. Então é questão de vital importância e nós não estamos conseguindo compatibilizar estas questões.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Eu acho que sua participação, Sr. / Secretário, se nenhum outro Deputado quiser fazer uma indagação esta encerrada. Mais uma vez, em nome do / Poder Constituinte do Estado, eu agradeço a sua presença. Esclareço / que se S. Exa. tiver ~~outros~~ outros compromissos e quiser se retirar está / liberado, achava de conveniência que sua equipe ficasse, porque precedendo a palestra do Secretário Mário Pereira vai falar o Sr. Everlindo Herklein, do Dieese, sobre o tema Finanças Publica e Constituinte. Eu / convido o referido Sr. a tomar assento à Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY:- Fui Professor Pio que conhece todos o andamento. Eu tive a oportunidade, quando soube / que o Dieese ia fazer um trabalho me dirigi à Sede de um Sindicato para ~~colocar~~ colocar à disposição a Secretaria da Fazenda para os números. Evidentemente foi coletado uma série de informações e o que nós queríamos era aprofundar a discussão e vimos a semana passada a sentença final e tendo o veredicto em mãos da análise do Dieese e deixaria então o / Professor Pio que conhece tão bem ou melhor do que eu os números e as / informações da Secretaria da Fazenda.

O SR. EVERLINDO HERKLEIN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes:- este levantamento que o Dieese fez das contas públicas, como o Sr. Secretário da Fazenda anunciou, foi fundado a / dados abertos a entidades sindicais, por parte da Secretaria da Fazenda. É importante esta questão porque abre um precedente de transparência das contas públicas é um processo de levantamento, a disponibilidade de informações segundo este primeiro entendimento ainda continuará.

20/03/89

mlm

16,55 hrs.

-2

Levando em conta o tema que nos foi proposto nós fizemos uma análise das contas pública e uma análise histórica, esta análise vai dos anos 70 até 88, fundamentado em que qualquer proposta deve ser fundamentada num diagnóstico, por isso esse nosso levantamento parcialmente longo, das contas públicas. A análise que fizemos permite as seguintes conclusões:- um 1º fator, já falado aqui é que há uma perda de dinamismo da receita face ao crescimento da economia. Enquanto a economia do Paraná vem crescendo, desde os anos 70 até 88 num crescimento real estimado em 205% a receita do Estado, particularmente a receita tributária cresceu somente 90%, em termos reais. A receita de ICM em 97. Quer dizer, há uma defasagem entre crescimento da economia e entre o crescimento da receita pública, evidentemente que o crescimento da economia faz com que haja cada vez mais demandas nos serviços do setor público.

Isso coloca um problema em termos de administração pública, a perda de dinamismo da receita ~~XXXXXXXX~~ ela se deve...

O SR..... - A perda de dinamismo da Receita, ela se deve em parte a renúncias fiscais, isso já foi colocado aqui pelo Secretário, incentivos e benefícios de toda a ordem e também a expansão a medida em que cresce a economia de bases não tributadas pelo sistema tributário estadual.

O: E um ~~segundo~~ ^{terceiro} elemento que contribui para essa perda de dinamismo da Receita, é só a de impostos.

Um outro problema que nós detectamos pela nossa análise das contas públicas, é que analisada a Carga Tributária líquida, ou seja a Receita Bruta do Estado, ou seja a carga tributária bruta menos as transferências a título de ~~serviço~~ ^{serviço} da dívida, e transferência do pessoal inativo e pensionistas, nós ~~detectamos~~ ^{detectamos} de que há um crescimento cada vez menor na carga tributária líquida.

Então aí é um foco, E outro foco de problemas seria em torno dessas transferências que já foi mencionado aqui, a questão do pessoal inativo. Há um crescimento mais do que proporcional das despesas com o pessoal inativo, com relação a outras despesas de pessoal. Enquanto que a despesa da ~~XXXXXXXXXX~~ Administração direta com salários e encargos em ~~1970~~ 1970 representava 84% da despesa de pessoal, as transferências a inativos e pensionistas era somente 16%. Hoje, em 88, a despesa com salários e encargos do pessoal da Administração direta representa 48%. As transferências a título de, para pagamento de pessoal de entidades da administração estadual, ou seja, transferências intra-governamentais, outros 26%. Entretanto, o componente que mais cresceu foi o pessoal inativo que passa a representar 26%, em torno das despesas do pessoal da administração direta.

Outro foco de problemas então seria em torno da dívida. A dívida tem um crescimento muito maior do que qualquer outro item de despesa. Enquanto ela representava em 71, o serviço da dívida, que inclui pagamento de juros, outros encargos e amortização, 6,4% da receita tributária, em 88 ela alcança 30,3%. Quer dizer, 6% ela passa a representar 30,3% em 88.

Se for feita uma outra comparação, em 70 o serviço da dívida representava 10% das despesas com o pessoal da administração direta. E

69

hoje representa 70% , os gastos com os salários e encargos da administração direta.

Isso nos permite então a uma conclusão, de que os principais problemas, evidentemente de uma forma histórica, eles se reportam de um lado a questão da perda de dinamismo da Receita, a questão de outro lado da despesa de um crescimento mais do que proporcional da dívida, e também umas rubricas como aquela de transferência de pessoal inativo, pensionistas e também administração indireta.

Pois bem, nós nos limitamos a uma breve análise e queremos nos deter mais no que significam esses números. De um lado nos parece que está em cheque um pouco aquele chamado modelo de desenvolvimento do Paraná. Quer dizer, nos anos 70, quando boa parte do crescimento econômico do Estado foi financiado via benefícios e incentivos fiscais, via financiamentos por parte dos órgãos de fomento do Estado, em boa parte, esse modelo de desenvolvimento levou não só de um lado a uma situação de não prestação dos serviços necessários na área de serviço social, assistência social de saúde, como também uma falência de certa forma as finanças estaduais.

Achamos que deve ser repensado esse ponto. Não podemos cair novamente num modelo que na verdade só esgotou as finanças do Estado, acumulou uma imensa dívida social, e na verdade quem acumulou foram alguns setores da economia, particularmente o setor privado.

De outro lado devem ser repensados o sistema de previdência do Estado. É impossível que um volume cada vez maior de recursos do Tesouro sejam canalizados para pagamento de inativos e pensionistas. É preciso rever o cálculo atuarial que funda então o sistema de previdência do Estado, do contrário há um número cada vez maior de recursos.....

O SR. EVERLINDO - ...do contrário há um volume cada vez maior de recursos de Tesouro, canalizados para o pagamento de inativos. Outra questão a ser analisada me parece da Administração Indireta do Estado, nós sabemos que um dos elementos que contribuiu para o desenvolvimento do Estado a partir dos anos 60, sobretudo com a fundação da Codepar e posteriormente com a fundação de outras empresas estatais da Administração Indireta, elas contribuíram definitivamente para esse modelo de economia e de sociedade como temos no Paraná. Foi uma forma do regime político da época, fazer com que houvesse um crescimento econômico acelerado, entretanto o preço desse modelo de Administração Pública ele recai hoje sobre o conjunto da sociedade.

Do nosso ponto de vista, esse quadro mereceria as seguintes propostas: Do lado do sistema tributário, achamos que deve haver uma revisão de todo e qualquer incentivo e benefício fiscal ainda existente e que qualquer benefício e incentivo fiscal seja aprovado pela Assembléia Legislativa Estadual, para que a população tenha conhecimento de que benefícios estão sendo concedidos ao setor privado, as empresas e indústrias.

De outro lado, como o Sr. Secretário já se colocou aqui, a reforma tributária definida com a Constituição Federal aprovada em 88, ela abre uma série de possibilidades, no sentido de parcialmente se alterar, pelo menos no que a gente chama regressividade do sistema tributário, essa regressividade ou progressividade, a regressividade dela faz com que ela taxe cada vez mais as camadas mais pobres, esse é o atual sistema tributário que nós temos. A proposta que o movimento sindical defende é que o sistema tributário seja progressivo, só há uma forma dele ser progressivo, que é o aumento dos impostos chamados diretos.

A administração Estadual tem parcela ...

Diretos no caso do Estado, agora com a Reforma Tributária, adicional do imposto de renda, embora seja amarrado ao imposto de renda federal, mas é um imposto de competência estadual, há também o imposto sobre heranças e doações, de competência estadual, há também como o sr. secretário colocou aqui a questão da contribuição e melhoria, acho que é fundamental a contribuição e melhoria, e por fim uma boa administração da seletividade do ICM, o IPVA e também a questão da seletividade do ICM, quer dizer uma taxaço menor da chamada cesta básica, mas também uma taxaço maior dos chamados supérfluos,

Como foi colocado aqui, isso não se conseguiu da forma desejada, mas é importante que se avance nesse sistema, que se tribute cada vez mais os chamados bens supérfluos e consiga se reduzir a carga tributária da cesta básica.

Outras medidas são relativas a questão da sonegação, nós sabemos que a Administração Fazendária atual, ela vem envidando esforços nesse sentido, entretanto, já tendo em vista as discussões havidas a nível do movimento sindical, nós voltamos a propor algumas medidas, sobretudo aquela que diz respeito a se restaurar a legislação punitiva. A punição aos devedores da Fazenda Pública ela tem que ser exemplar, todo movimento sindical tem discutido isso, uma vez restaurada essa legislação punitiva se evita parte da sonegação, claro que não totalmente.

Um outro aspecto e talvez neste ponto nós divergimos da colocação do Sr. Secretário, é a questão de um parâmetro mínimo de contribuição que é a questão da micro e pequena empresa.

Nós achamos que a micro e pequena empresa ela é significativa no ponto de vista de geração de empregos e é necessário um tratamento diferenciado, ela tem condições econômicas de lucratividade muito diferente, de grandes, médias empresas, então é preciso que se dê um tratamento diferenciado.

Evidentemente que restam questões de limite, a micro empresa, prolifera a micro empresa um mesma família, mas aí nós entramos num outro âmbito que seria o âmbito da fiscalização, não é a partir dessa questão que me parece deve ser excluída esse tratamento diferenciado da pequena empresa, tendo em vista ...

O SR. EVERLINDO HENKLEIN:- ...excluído esse tratamento diferenciado, tendo em vista o grande volume de emprego que ela gera e isto é de interesse do movimento sindical, o volume de empregos crescendo.

Outro aspecto importante na ação fiscal é a ~~partilha~~... (inaudível) da ação fiscal com a sociedade civil. A sociedade ~~xx~~ civil não participa das exigências em relação aos contribuintes. Não se tem idéia da capacidade contributiva do contribuinte, porque não transparece informações a respeito dos contribuintes. Evidentemente não sei qual o alcance da Constituição Estadual no sentido, mas era preciso que cada vez mais os balanços das empresas detalhassem informações a respeito de impostos. A partir dessas informações é que seriam possível que a sociedade cobrasse ~~xxx~~ até através dos órgãos responsáveis a capacidade contributiva dos contribuintes. Então não sabemos quanto uma empresa xis ela pode contribuir com impostos ou se efetivamente ~~xxxx~~ está sonhando, e desenvolver mecanismos neste sentido de que haja ~~xxxx~~ transparência nessa capacidade dos contribuintes para, a partir disso, a sociedade possa participar, possa saber, possa até talvez partilhar dessa ação fiscal.

Um outro aspecto importante é a redefinição de encargos disponíveis de Governo. A reforma tributária de 88 ela transferiu recursos em boa parte aos municípios, reduziu os recursos disponíveis da União e praticamente ~~no contexto global~~ do ponto de vista global ela deixou a ... (inaudível) de recursos. Há um pequeno ganho que o Secretário aqui anunciava particularmente maior nos estados do nordeste, mas já deixa praticamente a esfera estadual na mesma disponibilidade de recursos. Neste sentido é importante uma revisão nos encargos do Governo. Para poder ter uma boa administração financeira é precisa que haja o correspondente encargo de governo. Hoje em dia nós temos uma mesma função de governo exercida por municípios, estado e União. Então, quer dizer, é necessária uma negociação com as diferentes esferas de governo para a locação de recursos conveniente e eficaz. Isto com relação ao sistema tributário.

Com relação a dívida evidentemente que se configura cada vez mais um mal financeiro também para os Estados. Todos sabem que a nível federal a questão financeira é muito relevante. O grande problema do Governo Federal é a dívida pública ... (inaudível) interna.

Também nos Estados... (inaudível) o próprio Estado do Paraná, apesar de não ser uma situação das piores, mas ele tem um crescimento mais que proporcional... (inaudível). Esse serviço vem crescendo cada vez mais...

Nós achamos...(inaudível) só tem duas formas: ou o repúdio da dívida ou no caso da administração estadual o que a gente chama de fundar a dívida, ou seja, estender ~~a dívida~~ o período o vencimento da dívida. É preciso renegociar a dívida estadual também. Do contrário nós temos cada vez mais um comprometimento maior com o serviço da dívida no Estado.

Nós dizíamos que não são os gastos com pessoal aqueles que mais crescem historicamente. Entretanto são os gastos da dívida que mais crescem. É preciso haver uma revisão, ~~uma~~ uma negociação da dívida estadual também. De outro lado também, pela frente, parece-me que é preciso instalar mecanismos que devem presidir a criação de uma dívida pública. Neste sentido é de se perguntar, quer dizer, o Estado do Paraná tem uma dívida substancial. Em princípio como esta dívida foi efetuada ela teve que se traduzir em investimentos, que pelo menos teoricamente reverteram em novos ~~impostos~~ impostos. Se há cada vez um comprometimento maior, uma queda da Receita, há ~~qual~~ qualquer coisa de questionável...(inaudível) e também com débitos, com dívidas contraídas para financiar o desenvolvimento do Estado.

Neste sentido então, daqui para a frente, é preciso, parece-me que se, a própria Constituição Estadual preveja mecanismos que...(inaudível) de ação da dívida pública estadual. Neste sentido nós já entramos com uma outra questão que é importante a administração direta. Como eu dizia antes que a administração direta, em boa parte estatal e indireta...(inaudível)ela foi criada para...(inaudível) o desenvolvimento. Os frutos desse desenvolvimento são questionáveis...

O SR. EVERLINO HENKLEIN - ... criada para dinamizar o desenvolvimento.

Os custos desse desenvolvimento são questionáveis. Parece-me que é importante o controle da administração direta também por parte do Legislativo, seu endividamento, seu crescimento. É uma esfera de administração relativamente fora de controle, não totalmente, mas fora de controle do Legislativo. A nossa proposta é que a Assembléia Constituinte Estadual preveja mecanismos de controle da administração pública como um todo, não só a administração direta, mas a indireta e particularmente as estatais.

Eu só queria a título de conclusão fazer algumas considerações com relação àquilo que seria a organização do Estado. Parece-me que para a opinião pública o Estado é dispensável, se faz toda uma propaganda em torno disso. O setor público não pode desaparecer, é necessário. O que é preciso ver é que haja uma mudança dele, ele precisa ser reorganizado. Comumente essa culpa tem sido colocada sobre o funcionalismo, à ineficiência do funcionalismo, e me parece que não é por aí a questão. É preciso rever a máquina do Estado, é preciso reaparelhá-la. Quero dizer que antes uma das formas de crescimento sob o regime da Ditadura foi o crescimento da administração sem controle, por exemplo, do Legislativo. Hoje talvez seja um momento histórico de se rever esta organização do setor público.

É evidente que, ao lado disso, é preciso todo um programa de reciclagem técnica do funcionalismo. É importante para treinamento do funcionalismo, mas o mais importante é uma revisão do funcionamento do setor público estadual, o que vai ser o novo Estado do Paraná.

Isso talvez deva ser relacionado com instrumentos jurídicos que permitam uma efetiva reforma administrativa. Nós tínhamos falado de reforma administrativa periódica no Estado. É um momento de se fazer uma reforma administrativa em profundidade e séria e não deslocando todo o peso dessa reforma simplesmente sobre o funcionalismo. É preciso modernizar e racionalizar o aparelho do Estado do Paraná, mas através de uma iniciativa que reveja as suas diferentes esferas de

Governo, direta e indireta, e a forma também de relacionamento. Talvez seja necessário desativar órgãos, talvez seja necessário rever obras, mas o serviço é necessário. Existem áreas que são carentes de serviço público, e nós sabemos ~~que~~ de quanto o Estado deve, dívida social à população. Então, é preciso reavaliar o Estado para o atendimento as suas finalidades básicas. E me parece que a Constituinte Estadual é um momento oportuno para rever de como deve ser o novo aparelho do Estado do Paraná.

Por isso, agradecemos esta oportunidade em nome do DIEESE e do movimento ~~sind~~ sindical à Comissão de Ordem Econômica e Social.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Eu agradeço a sua presença, Dr. Everlino Henklein, e agradeço a contribuição ~~trouxo~~ trouxe a este fórum de debates sobre a Ordem Econômica e Social necessária para o Estado. O Sr. Ivo ~~Pugnali~~ Pugnali anteriormente já havia estudado uma série de propostas para o fórum de trabalhadores das estatais que nós vamos anotar para o acervo da Comissão.

Eu só o consulto, Sr. Ivo: as suas propostas também foram protocoladas?

O SR. IVO PUGNALONI - ~~Ex~~ Eles protocolaram na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Então, eu passo a palavra, dando prosseguimento a este Fórum, ao último painelista desta tarde o nosso colega Deputado Estadual Mário Pereira, Secretário de Estado dos Negócios da Administração, que vem falar sobre a Administração Pública e o Processo Constituinte. Sr. Secretário, seja bem-vindo, esta Casa é sua por direito de eleição.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Caro Deputado Rafael Greca, Presidente da Comissão, Srs. Deputados, Sras. e Srs. A Constituição Federal recém-promulgada propõe alterações profundas na estrutura de recursos humanos a nível de União, Estados e Municípios.

O representante do DIEESE, ao encerrar no final da sua explanação, falou que há...

O SR. MÁRIO PEREIRA - ... da sua explanação, falou que há uma tendência em se colocar como responsável pelas dificuldades do Estado o funcionalismo, parecendo isto uma postura de quem quer fugir a uma análise mais profunda de quem coloca responsabilidade sobre o funcionalismo foge a uma análise mais aprofundada da questão. O Governo não coloca, pelas suas ações a responsabilidade das dificuldades porque passa o Estado sobre o funcionalismo. Mas é necessário, para analisar a situação do Estado, as dificuldades e as responsabilidades que têm a Constituição Estadual à luz da nova Constituição e da realidade hoje, que se coloca de forma clara de que tudo que a sociedade repassa ao Estado, praticamente tudo é gasto com custeio, ao Estado não sobram recursos para investimento em áreas que são necessários investimentos. Áreas prioritárias: como saúde, educação, transporte. O Estado desde há muito não tem recursos, a sociedade não tem repassado recursos ao Estado para investir, daí também a razão dessa dívida crescente que todo o Estado tem investido recursos de terceiros.

Todo o ICM hoje e ICM corresponde por volta de 78% da receita total, é gasto com pessoal. A estrutura do Estado, só a folha de pagamento consome todo o ICM, 80% de toda a receita é transformada em salário e os 20% restante são custeios, são reformas de escola, alimentação para a população carcerária, são, enfim, todas as despesas de custeio da máquina pública: desde luz, água, telefone, aluguel, combustível. Enfim, para investimento nada sobra, então é impossível, quando se faz uma análise das dificuldades do Estado não analisar o comprometimento da receita com pessoal, não querendo por isso, se analisar, colocar a culpa das dificuldades no funcionalismo. Agora a estrutura do Estado, e com isso se faz reforma administrativa, falava o representante da DIEESE que se faça uma reforma séria. Não entendo o que quer dizer com essa reforma séria, não sei se pode considerar isso como se as outras não são sérias as tentativas que se faz. A verdade é que para se fazer uma reforma administrativa no Estado, nós temos...

muitas dificuldades e quando se quer fazer uma reforma profunda, analisando-se todos os aspectos, acaba-se não conseguindo fazer nada, perde-se todo o tempo nos estudos.

O Estado do Paraná tem feito reformas, fez uma logo após o início do governo e uma outra agora que não esgota a possibilidade de aprimorar a estrutura do Estado. O Estado do Paraná hoje tem : 190 mil servidores - 98 mil na administração direta e autárquica, 19 mil nas fundações, 36 mil nas sociedades de economia mista e empresas públicas e 39 mil inativos. Os inativos não são pagos pelo IPE, são pagos pelo tesouro do Estado. Se tivéssemos que descontar num percentual dos salários dos funcionários estatutários* para fazer frente ao pagamento dos proventos, esse desconto seria...

DWL

17:25

20-03-89

O SR. MÁRIO PEREIRA : ... esse desconto seria em torno de 40% do salário ou da remuneração dos funcionários estatutários, o que ~~era~~ inviabilizaria essa cobrança.

A cobrança que se faz hoje, o desconto é somente para pagamento de pensão através do IPE.

O que o Estado, diante dessa situação em que a sociedade nos diz muito claramente para que paremos de crescer, porque nós, sociedade, não aguentamos mais pagar a conta, a sociedade não tem possibilidade de sustentar os investimentos do Estado, mal conseguindo hoje sustentar o Estado, - prestando os serviços que presta, que providências tomamos nós - diante dessa quadro?

Primeiro, antes de qualquer outra providência, buscamos definir muito claramente a distribuição espacial desse volume de servidores da Administração Pública. Passamos a trabalhar no controle de admissões, diariamente, permanentemente desde o início do Governo, buscando, através do remanejamento, evitar o crescimento do número de funcionários do Estado mas com o cuidado de não prejudicar os serviços que hoje o Estado presta à sociedade. Veja bem que em épocas de dificuldade se com a inflação, a possibilidade de repasse de recursos à sociedade, da sociedade ao Tesouro diminui, se cai a arrecadação, aumenta a pressão por mais serviços públicos. No momento em que há um empobrecimento da sociedade, há mais necessidade de serviços públicos e nesse momento, há menos recursos no Tesouro.

Essa é a dificuldade e a grande crise por que passa o Estado hoje. Nós conseguimos na Administração Direta e Autárquica, através de remanejamento, através de um mecanismo desenvolvido para medir o volume de serviço e calcular a produtividade média para o cargo, estancar, dobrar a curva ascendente, histórica de crescimento de pessoal que em dezembro de 78 tinha 81 mil funcionários. Quatro anos depois, em dezembro de 82, 91 mil funcionários. Mais 4 anos, 102 mil funcionários. Dezembro

de 88, mantida a curva, teríamos 107.500 funcionários. Tivemos em dezembro de 88, 98 mil funcionários. Portanto, quase dez mil a menos do que indicava a curva. Hoje a curva indica para um número em torno de 94 mil funcionários ao final deste Governo, enquanto aquela curva histórica apontava para 113 mil funcionários.

Portanto, sem nenhum programa de demissão de funcionários em massa, e simplesmente com o monitoramento diário de todos os pedidos de ~~demissão~~^{ad}missão que partem de todas as Secretarias, pressionadas pela sociedade, conseguimos dobrar essa curva e hoje temos uma curva descendente na Administração Direta e Autárquica.

Nas Fundações, temos 19 mil funcionários. 50% deles nas instituições do ensino superior que neste ano de 89, após uma grande negociação ~~em~~ levada à frente pela Secretaria de ensino superior, com todas as instituições de ensino superior, iremos a partir de 90, instituir o regime seriado, voltar ao regime seriado nas Universidades, que levou a que os recursos dirigidos para as entidades de ensino superior, contrariasse o exposto de que se gasta, ou melhor, que o recurso dirigido para a educação não é gasto, é investimento. Nós estávamos transformando esses recursos em gastos, pura e simplesmente e evitando isso, pudéssemos efetivamente investir na educação.

Chegamos ao absurdo de, no ano passado e isso foi denunciado publicamente pelo ex-Secretário Ascêncop Garcia de Ensino Superior, a ter mais de 300 turmas somente na Universidade de Londrina, com menos de 5 alunos, 101 turmas com apenas 1 aluno, o que dá uma idéia clara de como se destruiu o ensino ...

O SR. MÁRIO PEREIRA:... o que dá uma idéia clara de como se desestruturou o ensino superior, transformando estes recursos pesados dirigidos às universidades, em gastos, efetivamente. Com a adoção, progressivo, a partir de 90 e este ano, teremos que alterar os currículos, passar pelo Conselho Federal de Educação, nós poderemos ter, também, uma estabilização da curva, que hoje ainda é crescente, na área da administração fundacional, das fundações, tendendo, inclusive não só à estabilização, mas até a uma queda com melhoria consequente do nível de ensino nas universidades, porque necessitando de menos professores para ministrar aulas, poderemos com aquele potencial lá existente, de mestres dedicados mais, a melhoria da qualidade de ensino via pesquisa. Na Administração propriamente indireta das sociedades de economia mista e empresas públicas, onde temos 36 mil funcionários, a nossa visão foi a de que empresa pública que não explora atividade econômica, não pode ser empresa. Se a sua atividade, a atividade desenvolvida por esta empresa pública é essencial ao serviço público, à sociedade, ela, com a estrutura do Estado, transforma-se em autarquia. Se não, se depender como empresa do tesouro e o serviço não for essencial, fecha. Assim, nesta reformar nós fechamos a RADIPAR, que fazia antenas de televisão agregando as redes de televisão existentes no País com o dinheiro do cofre público e era uma empresa.. Simplesmente foi fechada. A PARANATUR era uma empresa pública, mas não explorava atividade econômica. Fechamos a PARANATUR e diminuimos a estrutura e passamos ela para uma diretoria de uma fundação, porque a atividade da venda do Estado pela importância que tem o turismo, esta atividade é importante, mas não uma empresa que de atividade econômica, o que explorava, simplesmente, eram os ingressos para as pessoas que visitavam Vila Velha, cuja estrutura de cobrança se equivalia à receita auferida por esta cobrança. E Foz do Iguaçu, nosso grande centro turístico não é explorado. Lá o turismo não é da PARANATUR, e sim da atividade privada que explora o turismo. Logo, não há sentido em que haja uma empresa pública sem os controles que a administração direta tem, para poder se valer do recurso público

com a liberdade e a agilidade que deve ter uma empresa, ser sustentada pelo tesouro do Estado. Neste caminho, então, nós fechamos empresas públicas, como a EMOPAR, que era uma empresa pública que virou uma autarquia, a PARANATUR, enfim, a nossa visão, neste setor de 36 mil funcionários é a de que há que haver um acompanhamento do desempenho da empresa, se explora uma atividade econômica e é rentável, isso pode ser visto pelo acompanhamento de cada secretaria e não como o Estado, há desde há muito vem fazendo e também neste Governo, interferindo de forma a causar dificuldades à gestão empresarial, controlando e impedindo contratações, controlando o número de funcionários, o que tira das empresas a possibilidade da mobilidade, de uma maior liberdade gerencial. Isto precisa ser controlado por cada uma das empresas vinculadas, das secretarias a que se vinculam estas empresas e pela Secretaria da Fazenda. Então, isto está tomando mais corpo, já, no Estado, e o Estado se volta para este tipo de controle que colocou bem aqui o representante do DIEESE, que precisa, nesta elaboração da Constituição do Estado, a Assembléia ter mecanismos, criar mecanismos de acompanhamento da administração indireta. Mas, na nossa opinião, com liberdade para que possam agir como tal, como empresas. Ou então, deixe de ser empresa, se não for o caso.

E, por fim, os inativos, 39mil, que o Secretário Hauly já falou das dificuldades do Estado com um número crescente de inativos, mas o tempo foi inexorável à sua passagem. O que a administração pública fez, nesta gestão, foi exigir o cumprimento de um direito do servidor, que é o gozo das férias ...

MÁRIO PEREIRA - ... o direito do servidor que é o gozo das férias. Fora as categorias que têm férias com recesso como os promotores e o recesso escolar que efetivamente gozavam as férias, menos de 20% do restante do funcionalismo gozava as férias. Isto é, as férias não eram anotadas. Sempre havia uma justificativa para que não se gozasse as férias e com isso se contava em dobro para aposentadoria.

Vejam que em 30 anos o servidor tem direito um mês por ano a 30 meses de férias. Não anotadas estas férias e contadas em dobro significa 5 anos a menos e em vez de ficar à disposição do serviço público 35 anos, ficam somente 30 anos.

Além disso a cada 5 anos há 3 meses de licença prêmio. Ou a cada 10 anos 6 meses que é da lei complementar o direito de não gozá-la. E praticamente ninguém goza e conta em dobro para efeito de aposentadoria. Em 10 anos, um ano e meio 6 meses a cada 10 anos. Contado em dobro 3 anos. Então, não é mais nem 35, nem 30 e passa para 27 anos.

E assim esses artifícios vão fazendo com que cada vez mais cedo se aposente o funcionário e menos tempo fique à disposição do serviço público e no alge do vigor físico e intelectual, mas no pleno vigor físico e intelectual a sociedade paga o cidadão para ficar em casa. Pára de trabalhar.

Mas, como além disso, 35 anos é o tempo máximo de trabalho, isso cai para 30, para 25. É fácil de imaginar que às vezes antes de 40 anos nós temos pessoas que por melhor serviço que possam ter prestado ao Estado estão aposentados com o nosso trabalhador pagando a sua inatividade antes dos 40 anos de idade. Isso leva a uma dificuldade crescente ao Tesouro do Estado. Já temos 39 mil inativos.

O que nós fizemos foi exigir garantindo o direito às férias de todos e que todos efetivamente tirem férias.

E se fizermos um gráfico também do crescimento dos inativos vamos ver que houve ~~um aumento~~

um pequeno declínio. A curva caiu um pouco, diminuiu o seu ângulo de inclinação somente anotando as férias gozadas. E todos passaram efetivamente a gozar as férias.

Então, esse é o quadro. Por mais que queiramos fugir à análise na época de dificuldades que parece jogar nas costas dos servidores a responsabilidade sobre a dificuldade e não é nunca nem foi e não é a intenção do Governo. Nós não podemos fugir a esta realidade e analisar isso e ver como resolver, porque se o quadro funcional é maior do que a capacidade de pagamento da sociedade é evidente que está havendo uma distorção.

Passamos então a analisar a produtividade do quadro funcional e tiramos um grande esforço para o remanejamento e esbarramos em algumas dificuldades da própria cultura do serviço público, faltas de servidores em órgãos públicos é impossível de remanejar. Só podemos remanejar sobras. Mais funcionários do que volume de serviço pode o remanejamento.....

mlm

20/03/89

17,40 hrs.

-1

O SR. MÁRIO PEREIRA:-... remanejamento que durante estes dois anos fizemos, a duras penas, não significativo o resultado, porque o funcionalismo, apesar de toda uma pregação de que este remanejamento não seria de forma alguma para demitir, apesar disso o corpo funcional do Estado não acreditou. Agora, quem sabe com a estabilidade conseguida pela Constituição e ao dizermos que queremos remanejar e isso não significa demissão, possamos ser entendidos.

No serviço Público não houve ainda um caso, conhecido no Estado, brinca-se inclusive que quando houver vai direto para o Guinness Book, de que alguém preocupado com o crescimento, ou o servidor, preocupado com o baixo salário dele, com o baixo salário, dissesse que havia sobra de pessoal na divisão, no órgão, no departamento, na seção que ele chefia, não há este caso. E quando ninguém diz que sobra é impossível que um administrador, um Secretário passe, mesmo que queira ser um patrulhador de ponto de seção, ele não consegue se aperceber como o chefe que convive com o volume de serviço e com seus servidores, no dia a dia, na tarefa da administração pública, ele não tem condições de avaliar se sobra. Se sobra se tivéssemos a possibilidade de verificar onde há sobra de pessoal poderíamos fazer remanejamento, cobrindo as faltas de pessoal, atendendo as demandas de pessoal, sem aumentar o quadro de pessoal do Estado.

Nós desenvolvemos uma metodologia e houve uma ~~oposição~~ oposição muito grande, levamos um ano estudando o modelo, transformamos isso numa matriz, vendo a correlação entre cargos e tarefas. Em cada seção o serviço público é transformado e codificado em tarefas, a relação entre as tarefas e os cargos e os cargos e as tarefas, isto é a cada tarefa corresponde vários cargos, como por exemplo atender balcão, vários cargos atendem balcão em determinada repartição pública, então em cada tarefa incidem vários cargos, e em cada cargo incidem várias tarefas. Com isso nós montamos uma matriz, desenvolvemos um softer, um programinha do computador e através de entrevistas, cal

20/03/89

mlm

17,40 hrs.

-2

cular o volume de serviço existente numa repartição e a produtividade/média pormcargo e com isso dimensionar corretamente a real necessidade de funcionários cargo por cargo, naquele setor da administração pública, detetando ~~xxx~~ todas as disfunções e ociosidade ou falta de pessoal em cada setor.

Muito bem isto foi muito difícil e está sendo muito difícil, este ano quem sabe seja o ano do mutirão de aplicação deste modelo que precisa ser aprimorado eis que é ainda uma inovação no serviço público. Porque ao demonstrar, e isto o servidor já percebeu que há num setor sobra de pessoal esta evidencia oportunizaria a demissão, então não é interessante para a cultura do serviço público que se detecte que num setor sobra gente, tanto que o normal é permanentemente nós termos processos solicitando contratação de todas as áreas do serviço público.

Acredito que em 89 nós possamos continuar na política de segurar, sem demitir mas ocupando as faltas de pessoal, via ^{mais} emanejamento, com ~~xxx~~ sucesso.

A Nova Constituição além de exigir concurso público e há na sociedade, de um modo geral uma visão um pouco ...

O SR. MÁRIO PEREIRA - ... uma visão um pouco distorcida de que o crescimento da estrutura estatal, em termos de pessoal é em função da não exigência de concurso.

Ora, o concurso é uma forma de admissão de funcionários que não definem a necessidade ou não de funcionários. É preciso saber dimensionar a necessidade e aí, dando oportunidades iguais a todos, fazer através de concurso essa admissão. Mas o concurso por si só não impede que o Estado inche, que se contrate aonde ~~xxxixx~~ não há necessidade de servidores. A Constituição, além do concurso público e ela contém ainda muitos pontos de interpretações as mais variadas, por exemplo: A Constituição que dá autonomia ao Poder Judiciário para enviar Mensagens a Assembléia Legislativa, sobre os vencimentos dos Membros do Poder Judiciário, e ao mesmo tempo a Constituição fala que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão superiores aos pagos pelo Executivo.

Ora, imagine uma situação desse tipo em que o Executivo propõe e aí o Judiciário propõe diferente, e o Executivo tem que aumentar porque ele propôs mais e se aumentar demais o Judiciário propõe a equiparação. Quer dizer, a liberdade da iniciativa da proposta com relação a salário de Poderes diferentes, a Constituição diz que os salários não podem ser diferentes e todos os Estados estão tendo dificuldades nisso.

A Constituição fala que os salários, não poderá haver diferença entre os servidores civis e militares, de aumento. Ora, o constituinte ao colocar isto imaginam alguns constitucionalistas, que teve como intenção evitar o que ocorre e ocorreu principalmente no período autoritário, de que o servidor público militar tivesse aumento superior ao do servidor público civil.

Mas eu colocaria isto que não pode haver diferença entre os servidores públicos e militares, alguns acham que ele não impediu a diferença entre os servidores civis, como por exemplo acabou de ocorrer no Paraná, com a proposta hoje do Poder Judiciário.

Ora, mas se não pode haver diferença entre o civil e o militar, entendo eu que não pode haver entre o civil, porque qual o segmento do funcionalismo público civil é que vai se comparar com o militar se entre os segmentos do funcionalismo civil se aplicam percentuais diferentes.

Então há muita dúvida ainda. Há evidentemente, foi feita uma nova composição mas o País já existia. É impossível, de imediato haver uma adaptação ao que diz a Constituição em seus diversos artigos, como no 37 e no 39 . - (Lê artigo 39)

Isso significa dizer.....

17:50 - 1 -

O SR. MÁRIO PEREIRA... fundações e planos de carreira: Nos planos de carreira, quem sabe aí esteja uma possibilidade, além de que é mais importante, de dar mais dignidade à função Pública, pois se o Estado é um prestador de serviço, a gente desta prestação é o servidor Público; dar perspectiva ao / servidor Público com a carreira bem estruturada, além disso criar incentivos para que o servidor permaneça no serviço Público após os 35 anos de trabalho. Nós podemos ter uma carreira aberta no / final, em que o servidor que após completar 35 anos, se por acaso tiver chegado ao final de sua carreira, permanecendo no serviço Público, ele tem de forma aberta, progressões horizontais ou aumentos salariais por mérito, por tempo, após completar os 35 / anos de serviço, com isso também quem sabe nós possamos atingir o crescente número de inativos que está levando uma situação de grande dificuldade para o Estado, pela que idade em que o servidor se aposenta. Então, esta é a tarefa agora que a Secretaria da / Administração está envolvida desde ~~de~~ dezembro, numa comissão de estudo, levantando toda a legislação, o Secretário Haully, levantou senhor Presidente que haviam 101 códigos, aliás são mais, são 184 códigos diferentes de vantagens remuneratórias na estrutura da remuneração do Servidor Público. Nós achamos que a Constituição Estadual poderia por um freio nisto. Hoje, se alguém pegar as tabelas aprovadas aqui na Assembleia sobre vencimentos no serviço Público e for comparar vencimentos, tem uma idéia totalmente distorcida sobre a remuneração ou total que ganha cada um do servidor Público; tal são, para usar a mesma palavra que o / Haully usou: K " ^{Os} ~~Esses~~ Penduricários existentes na remuneração". Nós poderíamos e estamos estudando isto lá na Secretaria de Educação, sugerir que a estrutura seja o vencimento da remuneração, seja o vencimento, os adicionais por tempo de serviço, adicionais no caso de periculosidade, insalubridade e mais, no máximo mais uma outra vantagem que não o pudesse ser superior a 20% do total da remuneração, as vantagens já com direito, ou seja, que já te- /

O SR. MÁRIO PEREIRA... que já tenham adquirido sobre essas vantagens, poderiam ser incorporadas aos vencimentos, mas que fossem vedadas pela Constituição, porque isso tem sido forma de distorcer a Política salarial que o Estado sempre, pelo menos sempre tenta colocar em prática, dando vantagens em datas diferentes a isso ou aquele segmento do funcionalismo, o que provoca uma reação de cadeia, inventando-se uma nova vantagem para o segmento que não obteve aquela e chegamos ao cúmulo de termos hoje 184 códigos de vantagens, todos eles legais hoje na estrutura da remuneração do Servidor Público.

Nós queremos no plano de carreira, introduzir o mérito, hoje, na verdade alguns segmentos obtêm promoções, outros não obtêm, alguns são automáticos, outros não são, dependem da vontade da situação do tesouro do Estado, levando isso à injustiça junto ao quadro funcional. Os critérios são os mais diversos...

O SR. MÁRIO PEREIRA-...os que querem são os mais diversos

, mas, há que se incorporar a promoção, o critério do mérito .E não é possível acontecer o que acontece hoje; como acontece hoje, que algumas carreiras, em 8 anos de atividades, Sr. Presidente, atinge-se ao ponto máximo da carreira , sem / nenhuma perspectiva dali para a frente ;tempo de promoção este incorporado,para encobrir a dificuldade salarial.

Não se dá aumento, mas, se diminui os interstícios de uma promoção para outra é desta forma . A despesa do Tesouro / é a mesma ;não se tem uma política salarial de forma clara, e se tira a perspectiva de se crescimento do servidor ,que chegou ao fim, com apenas oito anos de serviço, tendo ele que ficar no serviço com 30 ou 35 anos; o quê o desestimula, o que faz cair a qualidade do serviço público .

Então, é muito importante a discussão agora, e nós estamos levantando toda a Legislação, já levantamos , consolidando, e que, não temos a condição ainda deste trabalho preliminar, mas, já conversamos com o Sindicato dos Servidores, e vamos solicitar a participação deles, a discussão dos planos de carreira,para que haja um tempo mínimo ; e no mínimo se leve um determinado nº de / anos de para chegar ao final da carreira. E, que aquele/ que não tiver mérito ,nem aos 35 anos, de atividade , chegue até o seu final; ao final da carreira.

Então, são os desafios que todos os Estados, Municípios e a União estão enfrentando;que é o regime único e plano de carreira. Nós tínhamos uma idéia inicial de fazer um único quadro, para que haja uma isonomia salarial . No início do Governo acabamos desistindo da idéia , em função das modificações que viriam na Nova Constituição. Aquela idéia inicial , e que retomamos agora, é a busca da isonomia, em função dos -n- quadros que / de pessoal, existente no Estado;com remunerações as mais diversas , para os mesmos cargos.

A isonomia só é possível pelo maior salário, e isso o Tesouro não suporta. Uma idéia que estamos retomando agora, é de um quadro que se imporá através dos anos, mantendo os quadros atuais, estruturados em carreira, para concluir a contribuição, digo, a Constituição; mas, todos os servidores, que daqui para a frente forem contratados, entram no novo quadro.

Aqueles que forem ou, que estiverem abaixo, se incorporarão, os que tiverem acima, ficarão nos seus quadros, que / tenderão todos eles a zero, com o passar dos anos.

Então, esta visão que eu poderia colocar aqui sob o prisma de recursos humanos.

Resumindo para encerrar: efetivamente, não pode ser dado ao servidor a culpa pelas dificuldades do Estado. Mas, por outro lado, nós temos, com coragem analisar o gigantismo / do Estado sob pena de continuarmos investindo em recursos que não são nossos, e que temos que pagar; recursos emprestados de terceiros ou de agentes financeiros nacionais ou internacionais.

Este é um trabalho que precisa o setor público se engajar, o serviço público se engajar, sem medo. Sem medo, e, mudando com o tempo a sua cultura. Não faz mal ao colega aquele / que aponta o excesso ou sobra de funcionários no setor, e / que permita o remanejamento. Ele está trabalhando no sentido de ajudar aquele que é remanejado; porque impedir o crescimento da máquina sem diminuir a prestação do serviço público significa buscar uma melhor profundidade produtividade no serviço público. Racionalizando, modificando estruturas que, quem sabe, não tivemos oportunidade de fazer a reforma ideal; mas, quando se busca um ideal acaba-se perdendo no caminho dessa busca.

Estamos fazendo o que é possível, dentro da limitação, que temos de tempo. Quando quer se buscar um ideal, acaba-se nada conseguindo; e aliás, é argumento de quem não quer que

20/03/89

EZ -3-

17:55

que mude, que não se faça por etapas. Se faça enquanto se fizer, somente fazendo ideal. Mas, é preciso que nós tenhamos coragem de enfrentar a situação .

Para se ter uma idéia, 20% da folha de pagamento, que hoje é 63 bilhões de cruzados . . .

20/03/89

-1-

18:00

ARO

O SENHOR MÁRIO PEREIRA - ... ~~sessenta e três~~ Sessenta ~~bilhões~~ e três bilhões de cruzados faz, por exemplo a Ferrovia da Produção sem pedir dinheiro para organismo financeiro, seja nacional ou internacional, e país nenhum. Sessenta e três milhões de dólares por mês, no câmbio oficial, 20% seriam treze. Em quatro anos de ^Governo, pelos quarenta e oito teríamos quase seiscentos milhões de dólares.

A Ferrovia da Produção, que há tantos anos buscamos com receio de ver inviabilizado a nossa agricultura mais punjante do que a do Oeste do Paraná, através do Cerrado brasileiro que já tem ferrovia, custa menos de quatrocentos milhões de dólares. E o Governo Federal não tem recursos, o Governo dos Estados não têm, os organismos federais por enquanto não confiam no Brasil e não ~~empréstam~~ emprestam e a Ferrovia continua no discurso dos sonhos. Agora, caminhando de certa forma mas, ainda com dificuldades para se viabilizar.

Portanto, não é por culpa do funcionário, mas, assim como temos que ter coragem de enfrentar o discurso de que Educação é investimento, olhando de que forma estão sendo aplicados os recursos, para que não se torne simples gastos, nós temos também que ter a coragem de ver que não é possível sair do Serviço Público tão cedo, que não é possível ter gente que a sociedade paga desnecessariamente num setor, enquanto em outro falta. Nós temos que buscar com o próprio corpo funcional a melhoria da nossa produtividade, para que possamos também com recursos da sociedade, ~~trabalhar~~ trabalhar no sentido do seu desenvolvimento.

Senhor Presidente, não sei se atingi o objetivo. O que nós falamos aqui foi uma visão tão somente no aspecto dos recursos humanos.

Era o que eu queria colocar, Senhor Presidente.

20/03/89

-2-

18:00

ARO

Presidente.

(PALMAS)

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Em nome do Poder Constituinte Estadual nós agradecemos a sua intervenção, Secretário Mário Pereira, baseada toda ela no texto da Constituição Federal. E, nós temos certeza, saberá esta Comissão aproveitá-la dosando as suas ponderações, com as ponderações do Secretário da Fazenda, com as ponderações da Sociedade Civil, no sentido de que o Paraná tenha uma máquina administrativa moderna e eficaz.

O Senhor Deputado Pedro Tonelli queria fazer uma indagação a S. Exa.

O SENHOR PEDRO TONELLI - Senhor Secretário, Senhor Presidente, demais Parlamentares que compõem esta Comissão, demais presentes.

Eu acho que neste painel de hoje nós estamos tratando com peças importantes, pois nós estamos preparando para entrarmos em outro processo constituinte. Na semana que vem teremos a tarefa de elaborar o AnteProjeto, o esqueleto inicial da Constituição. Eu acho que é muito oportuno que se trate desta questão que o Secretário expôs muito bem, a questão da administração pública e, especificamente, dos recursos humanos, que, aliás, ~~que~~ é uma preocupação fundamental neste momento.

Eu queria chamar a atenção para dois aspectos, os dois que são ligados ao tema, eu queria chamar a atenção porque existe uma política ideológica nacional tentando colocar nas folhas do pagamento e no pessoal a culpa pela crise, a crise brasileira, a crise internacional e a crise paranaense também. Então, a gente está muito atendo no Poder Legislativo, ultimamente a gente percebeu

~~XXXX~~

20/03/89

-3-

18:00

ARO

percebeu todos os pronunciamentos do Senhor Governador, dos seus Secretários, eles estão acompanhando um pouco esta linha de raciocínio nacional que existe...

O SR. PEDRO TONELLI - ... que existe que deva condenar o serviço público para abrir campo para os setores produtivos que o Estado ainda tem poder de prestar esse serviço que sejam privatizados para que empresas possam ter lucros em cima dos recursos públicos. Então eu quero ~~observar~~ ^{observar} ~~XXXXXXXXXX~~ isso, porque a gente menciona muito a Folha de Pagamento, nos nossos comparativos e tal e a gente não menciona os recursos que não são via Folha de Pagamento, que as administrações públicas elas consomem, então quero fazer esse paralelo porque eu tenho duas indagações que são mais ou menos as duas nesse mesmo sentido.

1º. Uma constatação de conhecimento público de 70 para 87 o PIB cresceu 205% o ICM 97% essa é uma constatação. O Secretário disse aqui que essa diferença é devido a questão dos micro empresários e a isenção das exportações, não sei se é efetivamente isso, nós temos que nos questionar mais, a gente vê aí os acordos, as dilações de prazos para os frigoríficos, as isenções, as negociações, os lobbys, a gente percebe e aí nós questionamos a política de arrecadação do ~~XXXX~~ ICM e que nós temos então uma indagação que nós gostaríamos de fazer ao Secretário, para ele dizer o que ele pensa, porque faz parte da área dele também, se não tem finanças não pode pensar ~~em~~ em recursos humanos e administração pública.

Por que que os comparativos, Sr. Secretário sempre se faz entre folha de pagamento e ICM se o ICM é facilmente sonegado, anistiado, isento e muitas vezes não fiscalizado, então essa indagação é uma preocupação que eu tenho, porque as vezes é um argumento numérico e fisiológico que desvia a questão principal da ~~região~~ ~~região~~ administração pública.

Outra indagação, dados da Receita Estadual, o PIB cresceu ~~7.85%~~ 7.85 vezes de ~~87~~ 87 para 88, o ICM cresceu 6.64, o pessoal da administração direta, os gastos da administração direta cresceu 6.52, os encargos da dívida foram os que mais cresceram 8.17. De 70 para 87, um demonstrativo mais amplo, não é de um ano para outro o PIB cresceu 205, o ICM 97, o pessoal da administração direta cresceu 62% e os encargos da dívida aumentaram 8.613%, como é que se sustenta a postura que o Governo vem sustentando periodicamente, que ele não está atirando a crise em cima do funcionalismo, em cima das folhas ~~de~~ de pagamento.

Então são as duas questões que eu gostaria de ver a manifestação do secretário.

O SR. MARIO PEREIRA - Eu aproveito até esta pergunta para colocar uma

questão que deveria ter colocado anteriormente, que eu acho que é muito oportuna para que a Constituição Estadual possa analisar isto antes de chegar a pergunta que é a seguinte:

A estrutura do Estado, hoje é a mesma de 30 anos atrás. Há 30 anos o DER precisava ir recuperar um estrada em Londrina porque aquela Prefeitura dava os seus primeiros passos. A Secretaria de Educação precisava montar uma escola em Londrina, mandar os professores porque lá ainda se derrubava mata 40 anos atrás como em Cascavel também, hoje a estrutura administrativa da Prefeitura de Londrina e de Cascavel, é quem ~~sabe~~ sabe melhor aparelhada de algumas capitais de Estados Pequenos do Nordeste e nós continuamos com esse paralelismo . O Estado presta assistência na área rural de forma centralizada, não busca descentralização e há toda uma pressão para que isso não ocorra, evitando até uma análise mais aprofundada da questão. Há uma pressão tremenda também para que não se analise a descentralização ou a municipalização de serviços como a educação, do ensino ...

93

O SR. MÁRIO PEREIRA:- ...como a educação, o ensino. Hoje a Prefeitura de Curitiba, por exemplo, mantém escolas de primeiro grau, muitos dizem que são ~~melhores~~ de ~~melhor~~ qualidade de que o Estado e o Estado quase que numa concorrência mantém toda uma estrutura de apoio as suas escolas de primeiro grau. Isto eu acho um ponto importante que a Constituição Estadual deveria analisar que é essa centralização de serviço em Curitiba, do Paraná antigo, que quando chegou lá os primeiros, os pioneiros do sudoeste, da sua região, Deputado, e da minha lá no oeste ou o Estado mandava montar uma escola ou aqueles pioneiros não tinham para onde mandar os seus filhos. Hoje aquele município tem estrutura e o Estado continua com a mesma postura. Existe, portanto, um paralelismo no mínimo nas estruturas de apoio. Milhares e milhares de pessoas envolvidas ~~nas~~ nas áreas administrativas para apoiar atividades, seja ela no setor de ensino, extensão rural e até mesmo de manutenção de estradas. Enfim é a visão do Paraná antigo que assiste até hoje com uma reação muito grande dos setores envolvidos a discussão do ~~problema~~ problema, quanto mais a medidas que queiram o Estado tomar.

Utiliza-se o ICM como um número, respondendo a sua pergunta, para comparar com folha de pagamento, porque é um imposto próprio do Estado e porque corresponde por volta de 80% da Receita. Tudo que o Estado arrecada é de ICM. Setenta e oito, um número por aí. Por isso é que se compara a folha com o ICM. E é evidente que para manter a máquina do Estado não é só a folha. É a folha, tem diárias, tem combustível, comida dos presos, arrumar o ~~pneu~~ pneu do carro da Polícia que furou, combustível, água, luz, telefone, por volta de 15% as despesas de custeio.

Segunda pergunta: se o PIB cresceu mais que o ICM de 7.8 para 6 ponto alguma coisa, colocada por V.Exa., eu tenho a dizer que não acompanho, a Secretaria da Administração ~~NÃO~~ NÃO faz um acompanhamento neste sentido, mas a Secretaria da Fazenda explica que aumentou e muito as exportações do Paraná, o que não refletiu no aumento da arrecadação do ICM, mas na verdade, a verdade é que na Receita total do Estado, o ICM vem se mantendo com esse percentual de 78 a 80%. E esta comparação que se faz é a comparação que historicamente vem se fazendo. O ICM historicamente vem se mantendo nesse percentual da Receita total e serve como um balizamento das despesas do Estado, visto que o restante é consumido com custeio, Mas como o Estado de 70 para cá continuou investindo, é evidente que dentro de uma estrutura desta a dívida teria que crescer. Estamos investindo dinheiro que não ~~é~~ não é o dinheiro que a sociedade repassa.

O SR.PRESIDENTE (Pedro Tonelli):- Como não temos mais nada declaro encerrada...

a presente reunião. Foi muito produtiva. Agradecemos a disponibilidade do Sr. Secretário da Administração, Deputado Mário Pereira, que aqui veio para debater e para expor principalmente uma ~~peça~~ peça importante nesse processo contituinte. ~~Em~~

Eu declaro encerrada e convoco a Comissão para amanhã às 14 horas para um novo painel onde trataremos especificamente da questão da Educação e ligada a isto também a questão da autonomia universitária e a constituinte, onde ouviremos amanhã o Dr. Renê Dotti, professora Isolde Andreatta, professor Sueli Seixas, professora Gilda Polli, um representante ~~da Comissão~~ do Comitê da Educação e a Constituinte e também os Reitores das três Universidades: Londrina, Maringá e Ponta Grossa, bem como o Dr. João Fernando Kravchychyn, representando os docentes das Universidades Estaduais e faculdades isoladas, bem como representantes classistas, os professores que estão aqui: Sérgio Pereira de Souza e José André Trindade. Está encerrada a reunião e até amanhã.